

PENSAMENTOS & palavras

Desafios e perspectivas
da educação



ORGANIZADORA:
BETIJANE SOARES DE BARROS

VOLUME
8

Φ Phillos

PENSAMENTOS & palavras

Desafios e perspectivas
da educação

Além de incluir os estudos e as teorias fundamentais para a compreensão dos fundamentos da educação, esta coletânea possibilita aos estudantes, pesquisadores e aqueles envolvidos no processo de aprendizagem um olhar privilegiado sobre as questões inovadoras da área, como a influência das práticas pedagógicas, os avanços nos estudos da psicopedagogia, as habilidades necessárias para a docência, entre outros diversos tópicos.

ISBN 978-855296228-1



Φ Phillos
www.editoraphillos.com



PENSAMENTOS & PALAVRAS

Desafios e perspectivas da educação

Volume 8

DIREÇÃO EDITORIAL: Willames Frank
DIAGRAMAÇÃO: Jeamerson de Oliveira
DESIGNER DE CAPA: Jeamerson de Oliveira
REVISÃO ORTOGRÁFICA: Radjane Morais
IMAGEM DE CAPA: <https://www.pexels.com>

O padrão ortográfico, o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas do autor. Da mesma forma, o conteúdo da obra é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu autor.



Todos os livros publicados pela Editora Phillos estão sob os direitos da Creative Commons 4.0
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

2017 Editora PHILLOS
Av. Santa Maria, Parque Oeste, 601.
Goiânia-GO
www.editoraphillos.com
editoraphillos@gmail.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S156p

Barros, Betijane Soares de

Pensamentos & palavras: Desafios e perspectivas da educação (Volume 8).
[recurso digital] / Betijane Soares de Barros (Org). – Goiânia-GO: Editora Phillos, 2019.

ISBN: 978-85-52962-90-8

Disponível em: <http://www.editoraphillos.com>

1. Educação. 2. Pedagogia. 3. Docência. 4. Ensino.
5. Aprendizagem. I. Título.

CDD: 370

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação 370

BETIJANE SOARES DE BARROS (ORG.)

PENSAMENTOS & PALAVRAS

Desafios e perspectivas da educação

Volume 8

Goiânia-GO
2019

Editora
Phillos

Direção Editorial

Willames Frank da Silva Nascimento

Comitê Científico Editorial

Dr. Alberto Vivar Flores

Universidade Federal de Alagoas | UFAL (Brasil)

Dr^a. María Josefina Israel Semino

Universidade Federal do Rio Grande | FURG (Brasil)

Dr. Arivaldo Sezyshta

Universidade Federal da Paraíba | UFPB (Brasil)

Dr. Dante Ramaglia

Universidad Nacional de Cuyo | UNCUYO (Argentina)

Dr. Francisco Pereira Sousa

Universidade Federal de Alagoas | UFAL (Brasil)

Dr. Sirio Lopez Velasco

Universidade Federal do Rio Grande | FURG(Brasil)

Dr. Thierno Diop

Université Cheikh Anta Diop de Dakar | (Senegal)

Dr. Pablo Díaz Estevez

Universidad De La República Uruguay | UDELAR (Uruguai)

SOBRE A ORGANIZADORA



BETIJANE SOARES DE BARROS -

Possui Doutorado em Ciências da Educação e Doutorado em Ciências da Saúde, Mestrado em Ciências da Saúde, Especialização em Ciências Biológicas e Especialização em Neuropedagogia, Graduação em Ciências Biológicas.

Curriculum Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/4622045378974366>

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	10
ARTE E LITERATURA CONTRIBUINDO COM AS AÇÕES PEDAGÓGICAS	
<i>Anna Paula Costa Marques</i>	
CAPÍTULO 2	14
DISCIPLINA POSITIVA: O DESAFIO DE EDUCAR COM AMOR E RESPEITO	
<i>Cleidejane Soares de Barros</i>	
<i>Betijane Soares de Barros</i>	
<i>Michelly Cristina Apolinário de Lucena</i>	
CAPÍTULO 3	35
AVALIAÇÃO NO CONTEXTO ATUAL	
<i>Jôse Lidiani Leal Barbosa</i>	
CAPÍTULO 4	55
BULLYING: SUBJETIVIDADE E NOVAS TECNOLOGIAS	
<i>Mara Sandra Oliveira Melo</i>	
CAPÍTULO 5	65
VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR	
<i>Marcos Antonio Santos</i>	
CAPÍTULO 6	77
A TRAJETÓRIA DE MARIA DE SOUZA CAMPOS NO MAGISTERIO A PARTIR DE 1930 A 2007	
<i>Rinaldo dos Santos Brito</i>	

CAPÍTULO 7	102
A IMPORTÂNCIA DA AQUISIÇÃO DA LEITURA E ESCRITA NA CONTEMPORANEIDADE	
<i>Maria Telma Vieira de Sousa Tavares</i>	
CAPÍTULO 8	120
EDUCAÇÃO E FAMÍLIA EM UM CONTEXTO DA SOCIEDADE GLOBALIZADA	
<i>Uilo Paulino de Oliveira</i>	
CAPÍTULO 9	135
BULLYING: RECONHECIMENTO, PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO NA ESCOLA	
<i>Josy Matias</i>	
<i>Maria da Conceição Silva Viana</i>	
<i>Antônio Itamar dos Santos</i>	
<i>Maria Esteliane dos Santos Lima</i>	

CAPÍTULO 1

ARTE E LITERATURA CONTRIBUINDO COM AS AÇÕES PEDAGÓGICAS

Anna Paula Costa Marques¹

Os encontros promovidos nas formações para os Orientadores de Estudo, iniciadas no segundo semestre de 2015, proporcionaram ações interdisciplinares. Pois, o intuito das formações para a terceira fase do Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) foi o de inserir novas áreas de conhecimentos a esse processo. Coube aos formadores nos apresentar propostas de trabalho com Ciências Humanas, Ciências Naturais e Arte, considerando e associando essas propostas a Linguagem e Matemática. Partindo desse pressuposto, se fez necessário, inicialmente compreender o conceito de Sequência Didáticas (SD) defendido por Antoni Zabala, pois essa definição embasou as ações direcionadas ao trabalho interdisciplinar. Para esse teórico, sequências didáticas são “um conjunto de atividades ordenadas, estruturadas e articuladas para a realização de certos objetivos educacionais, que têm um princípio e um fim conhecidos tanto pelos professores como pelos alunos”, que “têm a virtude de manter o caráter unitário e reunir toda a complexidade da prática, ao mesmo tempo em que (...)

¹ Pirambu – SE – E-mail: annapmarques@gmail.com

permitem incluir as três fases de toda intervenção reflexiva: planejamento, aplicação e avaliação” (1998, p.18). Esse conceito fundamentou as SD interdisciplinares que viessem a ser elaboradas ou sugeridas nas formações com as Professoras Alfabetizadoras. Para tanto, este trabalho buscou descrever as ações interdisciplinares direcionadas ao trabalho desenvolvido com a Arte e a Literatura, e o que foi proposto e concretizado nos encontros com as professoras alfabetizadoras do Município de Pirambu. As ações desenvolvidas nas formações estiveram voltadas aos processos necessários à compreensão e aplicabilidade de atividades que viabilizassem um trabalho que associasse a Literatura e a Arte, nas turmas do ciclo de alfabetização. Até porque, os ciclos concebem que os fenômenos sociais, naturais e biológicos, etc. devem ser estudados integrando diferentes saberes e áreas do conhecimento. Assim a interdisciplinaridade é defendida como uma estratégia de organização do ensino que favorece a “contextualização [curricular] e aproxima o processo educativo das experiências dos alunos”. (SÁ e LIMA, 2015). Nas formações com as professoras alfabetizadoras as atividades desenvolvidas objetivaram: refletir sobre as concepções de Arte, as áreas que contemplam o ensino da Arte, além de utilizar Literatura e o trabalho com os gêneros textuais associados ao trabalho com Arte. Os resultados obtidos demonstraram uma participação efetiva nos encontros promovidos pela formação apresentando as professoras condições de motivar e propor novos desafios aos alunos possibilitando um avanço, um melhoramento no processo de aprendizagem e construção dos conhecimentos. No

campo da Arte e da Literatura proporcionamos aos professores momentos para reflexão, compreensão e inúmeras situações dinâmicas, pois Arte é uma área do conhecimento que pode ser inserida em diferentes contextos, pois ela está presente em nosso cotidiano. Não houve necessidade de isolar as informações trazidas pelo trabalho utilizando gêneros textuais, pois os gêneros apresentados podiam ser ensinados, de maneira associada à Arte, aos estudantes, pois o seu uso nas relações sociais dependiam da maneira como o professor compreenderia essa relação e colaboraria com a efetivação do processo de aquisição de conhecimento. As propostas de metodologias levadas para as formações buscaram associar os conhecimentos, mantendo uma relação entre Arte e Literatura, sem esquecer-se de apresentar uma série de propostas de atividade que levassem a prática da escrita, principalmente a produção textual, mas sem esquecer-se das ações ligadas à dança, a música e ao teatro sem desconsiderar as artes visuais. Enfim, compreender as concepções dos professores ao que se refere o processo de ensino tornou-se necessário, pois desenvolver um trabalho interdisciplinar, associando as ações relacionadas à Arte com Literatura provocou mudanças em suas práticas pedagógicas conquistando uma efetiva modificação em seu trabalho em sala de aula. Enfim, as situações desenvolvidas em todo esse processo de formação continuada objetivou fundamentalmente contribuir com as ações pedagógicas de uma maneira a favorecer a qualidade no processo de ensino dos professores que estão nas turmas do ciclo alfabético.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: Apresentação/Ministério da Educação. Brasília: MEC, SEB, 2015.

ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda., 1998.

CAPÍTULO 2

DISCIPLINA POSITIVA: O DESAFIO DE EDUCAR COM AMOR E RESPEITO

Cleidejane Soares de Barros²

Betijane Soares de Barros³

Michelly Cristina Apolinário de Lucena⁴

INTRODUÇÃO

A disciplina, bem como, a indisciplina são temas frequentes dentro das escolas e comunidade, pois, tais temas são de grande relevância dentro do processo de ensino-aprendizagem. A indisciplina ganha destaque em meio as discussões entre os docentes e gestores escolares, tendo como principal característica a perturbação. A indisciplina pode ocorrer em qualquer espaço, mas quando ocorre dentro da sala de aula, o processo ensino-aprendizagem sofre.

² Doutoranda em Ciências da Educação, Mestre em Ciências da Educação, Especialista em Direito Constitucional e Administrativo, Graduada em Direito. E-mail: dr.csarros@hotmail.com.

³ Possui Doutorado em Ciências da Educação e Doutorado em Ciências da Saúde, Mestrado em Ciências da Saúde, Especialização em Ciências Biológicas e Especialização em Neuropedagogia, Graduação em Ciências Biológicas. Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4622045378974366>

⁴ Mestranda: Michelly Cristina Apolinário de Lucena - Especialista em Geografia e Pedagogia - Graduada em Geografia. E-mail: michellyt_pc@hotmail.com

Uma turma disciplinada é o sonho de todo professor. Mas como conseguir tornar realidade este sonho sem autoritarismo, sem retrocesso? Aí surge a Disciplina Positiva.

A forma de educar nomeada de Disciplina Positiva compreende a criança como um indivíduo capaz de se educar com controle e sem autoritarismo. Para a Disciplina Positiva, as crianças são seres disponíveis ao diálogo e extremamente observadoras, por isso, é necessário reforçar que o exemplo dado pelo adulto é primordial na educação da criança (NELSEN, 2015).

A Disciplina Positiva nasceu, inicialmente, para contribuir com a educação familiar, dentro do seio da família, posteriormente, passou a ser uma alternativa a ser adotada por educadores nas instituições educacionais.

Através dos ensinamentos de Alfred Adler (1870-1973) e Rudolf Dreikurs (1897-1972), surgiu a Disciplina Positiva. A disciplina positiva utiliza o emocional aliado ao respeito, ou seja, funda-se no respeito mútuo e na cooperação por meio do encorajamento e da compreensão, sendo à firmeza a base de tudo. A disciplina positiva consistirá no alicerce para o desenvolvimento de competências essenciais para a vida e para construir pessoas autoconfiantes, seguras e capazes de tomar decisões sozinhas (NELSEN, 2015).

A Disciplina Positiva é um método de educar que rejeita qualquer tipo de violência, seja física, moral ou verbal, como forma de disciplinar. Desse modo, abandona os métodos tradicionais, antigos e ultrapassados para inovar.

Diante disto, ressalta-se que a presente pesquisa busca trabalhar a Disciplina Positiva no Ensino Fundamental I, pois, a faixa etária é de 6 a 10 anos de idade (fase essencial na formação da personalidade dos indivíduos) e o professor tem contato com aluno por mais tempo (4 horas e 30 minutos). A metodologia utilizada para apresentar os conceitos, teorias e questionamentos sobre o tema é de natureza básica, do tipo qualitativa e bibliográfica.

O objetivo geral que permeia esta pesquisa é analisar os métodos utilizados para educar com base na disciplina positiva e se é possível aplicá-la dentro das escolas de ensino fundamental I. Deste objetivo, desdobram-se os objetivos específicos: comparar os métodos utilizados pela disciplina tradicional e pela disciplina positiva; abordar como os educadores podem ser treinados para trabalhar com esse método inovador da disciplina positiva; verificar a importância do professor para o sucesso desse método enquanto gestor de sala de aula; caracterizar a disciplina positiva como um método de educar para formar cidadãos conscientes, com controle emocional e com autoestima elevada.

Assim sendo, a Disciplina Positiva apresenta-se como teoria de grande relevância a ser aplicada em sala de aula, pois, diante do mundo globalizado, a família tem enfrentado dificuldade em impor limites e regras aos seus membros, deixando a responsabilidade de educar para a escola. A escola, por sua vez, vem sofrendo com um problema social chamado indisciplina, queixa recorrente dos professores e maior problema enfrentado por eles na

atualidade, além disso, o método de educar tradicional, que impõe punições e gera medo, ainda permeia as famílias e escolas.

1. DISCIPLINA ESCOLAR

Um dos problemas corriqueiros que praticamente todas as classes de educadores falam é a questão da disciplina escolar, na verdade, é a falta dela, a indisciplina. Os educadores têm detectado que várias crianças e adolescentes, atualmente, não têm nenhum limite. Assim temos:

A disciplina é algo que não pode ser universalizado, uma vez que em cada situação existe uma noção diferente do que é trabalhar disciplinadamente. Assim, a disciplina é a ordem necessária para a realização de algum trabalho, não necessariamente identificável com ‘estar quieto’ ou ‘ficar no lugar’. (BOARINI, 1998).

A disciplina escolar tem sido algo almejado dentro das salas de aula. Alguns fatores que correspondem a indisciplina praticada pelos alunos pode ser apresentada, resumidamente, da seguinte forma:

- falta de interesse;
- o cinismo e confusões em sala;
- agressividade;
- transgressão as regras;
- alta de concentração;

- não atendem as solicitações;
- as brincadeiras de mal gosto e abusos físico e verbal tornam-se banais.

E, mais que isso, se os problemas de aprendizagem tinham um endereço certo, isto é, apresentavam-se mais acentuadamente ou quase exclusivamente como uma questão da escola pública, no caso da indisciplina escolar, não há especificação quanto ao caráter (público ou privado) da instituição ou classe social. (BOARINI, 2013).

Diante tais comportamentos estão sendo praticados por alunos, não só da rede pública, mas também da rede privada de ensino. A partir daí, questionamentos tem surgido por parte dos professores, tais como:

- É uma questão de boa ou má conduta ou de formação de hábitos e valores trazidos de casa?
- O que pode ser feito pelo professor para tornar a sala de aula um ambiente atrativo que envolva e desperte a atenção, o interesse, a curiosidade dos alunos e o bom relacionamento entre professor e aluno, e entre aluno e aluno?
- Qual a origem do problema da indisciplina?
- Qual o método mais viável para se obter a disciplina desejada?

Faz-se necessário compreender que a disciplina é aprendida, sendo assim, ela também é ensinada, primeiramente pela família e depois pelo professor, sendo do interesse de todos, pois facilita as relações sociais. Deste

modo, é necessário que as escolas com toda a sua equipe de professores e funcionários e, principalmente, com a participação da comunidade escolar, cada um com sua maneira de ver, pensar, sentir e agir e la orem um Projeto Político Pedagógico, fundamentado em ações coletivas a serem observadas por todos na busca de um mesmo ideal pedagógico, isso sem dúvida, promoverá aos educandos a percepção dos valores norteadores da instituição educacional.

Nesse sentido, é importante que as regras disciplinares da sala de aula e da escola, para que sejam bem recebidas e tenham efetividade, tenham a participação dos alunos, pois estes se sentirão parte do processo e ficarão mais comprometidos com cumprimento de tais regras. Assim, é primordial que os gestores escolares e os professores envolvidos com o ensino-aprendizagem e na construção coletiva das regras disciplinares da escola, proporcionem ao aluno as condições necessárias para que ele possa se manifestar, opinar, questionar, sugerir e participar da elaboração dessas regras, com o objetivo de que se torne igualmente responsável pelo seu cumprimento.

Diante de situações de indisciplina, os professores reagem de diversas formas, mas nem sempre sua reação traz um resultado positivo. Algumas dessas reações são: agir com muita rigidez; aplicar punições coerentes; ser autoritário, mandão, impedindo o aluno de se manifestar, recorrendo à forma tradicional de trabalhar, ou largando tudo de mão.

Os questionamentos dos professores comumente giram em torno da indisciplina, desejam descobrir de onde

vem à indisciplina, se é da parte externa – família, meio social - ou interna – escola, gestão, professores e demais funcionários.

De acordo com Vasconcellos (1995, p. 41):

O educador, num primeiro momento, pode assumir a responsabilidade pela disciplina, enquanto articulador da proposta, levando, no entanto, a classe a assumi-la progressivamente. Tem como parâmetro não a sua pessoa (“autoridade”), mas as necessárias condições para o trabalho coletivo em sala de aula.

Cabe observar, assim, a importância dos gestores e coordenadores escolares estarem preparados intelectualmente, conhecedores do seu papel ético social, empenhados na construção de uma escola democrática e participativa que propicie aos alunos a formação da cidadania.

A maneira como a gestão da escola trata seus alunos é igualmente importante para o combate a indisciplina. Os gestores escolares devem ir que além das limitações impostas pelas regras disciplinares, devem demonstrar que e importam com cada aluno, demonstrar afetividade, valorizando seus esforços, suas boas atitudes, estabelecendo normas de convivência, como por exemplo, hora de conversar e de descansar. Pois, quando o aluno é envolvido na elaboração de um pacto de e convivência, com certeza isso auxiliará nos resultados de prevenção e combate a indisciplina.

É imperativo que o educador também seja um mediador na solução dos conflitos em suas aulas, empregando uma metodologia adequada com o objetivo de que os próprios alunos não caiam no comodismo educacional. É indispensável evitar imprevisto dos conteúdos fazendo o planejamento de suas aulas, assim, as expectativas dos educandos serão atendidas; demonstrar aos alunos onde podem aplicar os conteúdos trabalhados em sala de aula nas suas vidas, ou seja, é preciso dar significado aos conteúdos que estão sendo trabalhados.

Assim, cabe a partir daqui buscar encontrar os motivos da indisciplina no contexto escolar.

2. OS MOTIVOS DA INDISCIPLINA NO AMBIENTE ESCOLAR

Nos últimos anos, atos de desobediência e os comportamentos agressivos praticados por crianças e adolescentes nas escolas, tem se desenvolvido significativamente. Esse problema, conhecido como indisciplina escolar, é muito complexo e que afeta o sistema educacional de forma danosa.

A escola possui um papel muito importante na sociedade, pois, é na escola que se transmite e se aperfeiçoa os conhecimentos, respeitando normas dentro de padrões comportamentais, colocando nossas crianças e adolescentes dentro de um processo de socialização e aprendizagem. Contudo, essa é uma tarefa difícil e muitas vezes infrutífera. Pois, todas as mudanças que tem ocorrido na sociedade e na estrutura familiar, trouxeram uma gama de problemas

novos para dentro do ambiente escolar, traumatizando o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem.

As alterações sociais, ocorridas nos últimos anos, deram uma nova roupagem aos agentes de socialização e ao nível dos modelos de aprendizagem. Os alunos convivem e estudam agrupados, ou seja, cada um com sua realidade que é compartilhada e que vai além da família e da escola.

Além disso, a evolução tecnológica possibilita mais outro mundo com diversos saberes e diferentes culturas. A escola tem que acompanhar essas mudanças, vez que é um sistema em constante interação com o meio, por isso, não fica imune às tensões e desequilíbrios da sociedade (ESTRELA, 1994).

Alguns fatores têm contribuído com a violência escolar e a indisciplina, como o aumento da escolaridade obrigatória, que prolonga a permanência dos jovens na escola; outro fator é à norma de ensino inadequada relativamente às diferentes culturas presente nas escolas (MATOS et al., 2009).

Episódios de indisciplina nas escolas têm sido registrados com frequência pelos celulares/smartphones e colocados nas redes sociais. Diante desta triste realidade, professores e pais estão demonstrando uma certa aflição quanto ao bom funcionamento da escola (VEIGA, 2007a).

É evidente que todo aluno ‘indisciplinado’ ou ‘violento’ tem seus determinantes psíquicos, pertence a uma família, independente do seu modelo de estruturação, e que a indisciplina escolar é um fenômeno que se concretiza na escola. Como corolário, qualquer explicação sobre

esse assunto deve considerar esses aspectos. O que não podemos perder de vista é que a escola, a família e o aluno não existem isoladamente. (BOARINI, 2013).

De acordo com Boarini (2013), a escola, a família e o aluno “fazem parte de uma sociedade e de um período da história que não devem ser desconsiderados.” Por este motivo, não tem como debater essa questão sem uma investigação do que vem acontecendo na sociedade em que a escola, a família e todos vivem sem, no entanto, dar prioridade a este ou aquele aspecto, mas compreendê-los na articulação em que brota o comportamento em debate.

Os problemas de disciplina, que ainda podem ser conhecidos como problemas de convivência na escola, são reflexo de uma crise de valores que está se produzindo na sociedade em geral e na escola como instituição criada por esta sociedade.

Nesse mundo globalizado, a informação chega rapidamente aos lares, exibindo uma infinidade de cenários de violência, cada vez mais banalizado quase como se fosse algo normal de acontecer. Além disso, a instituição base da sociedade, a família, vem sofrendo fortes mudanças com a inclusão da mulher ao mercado de trabalho e as transformações na estrutura familiar, sendo muitas mono parentais, como decorrência desses fatores, as crianças e adolescente acabam conhecendo a violência e os maus tratos no próprio lar.

A escola não pode ignorar a experiência vivida por cada aluno, quando a escola se abstém de conhecer seu alunado, não valoriza suas vivências, se preocupa apenas

com a transmissão dos conteúdos contidos no currículo, corre o risco de cooperar e influir para a indisciplina dentro da escola, pois esta é a maneira encontrada pelo aluno para chamar atenção e ter alguém preocupado com ele (BOARINI, 2013).

Atualmente, a escola não tem o significado que tinha a décadas atrás para os alunos. Isso ocorre devido ao fato que muitas pessoas formadas não conseguem ou tem muita dificuldade em conseguir um trabalho dentro de sua qualificação, gerando um sentimento de insegurança, por boa parte dos alunos, em relação aos estudos. Mas, mesmo diante dessa insegurança, o aluno é obrigado a frequentar a escola até determinada idade, sendo mais fator para comportamentos indisciplinados, violentos, desrespeitosos.

Diante disto, a escola, apesar de não poder modificar as causas que geram este problema, tem o poder de minimizar as consequências dessas causas e oferecer um ambiente acolhedor, democrático e um currículo integrado baseado em seus interesses e suas vivências, fazendo o possível para não contribuir com o aumento da indisciplina.

3. DISCIPLINA POSITIVA?

Diante dessa questão, surge outra: Mas toda disciplina não é positiva? Cabe ressaltar que positiva é a metodologia e o método utilizado para se conseguir a disciplina almejada, o que a torna diferente da disciplina tradicional que foi visto até agora que se utiliza do autoritarismo e de sanções/castigos.

Assim, a Disciplina Positiva surgiu através dos ensinamentos de Alfred Adler (1870-1973) - médico e psicólogo - e Rudolf Dreikurs (1897-1972) - psiquiatra e educador, ambos austríacos. A disciplina positiva utiliza o emocional aliado ao respeito, ou seja, baseia-se no respeito mútuo e na cooperação por meio do encorajamento e da compreensão, tendo como base de tudo a firmeza. Nesse sentido, a disciplina positiva consistirá no alicerce para o desenvolvimento de competências essenciais para a vida e para construir pessoas autoconfiantes, seguras e capazes de tomar decisões sozinhas (NELSEN, 2015).

A primeira observação que deve ser feita a respeito da Disciplina Positiva, é que esse método rejeita qualquer tipo de violência, seja física, moral ou verbal, como forma de disciplinar. Tendo feita essa observação, Já é possível perceber que trata-se de algo inovador e, como tudo que é novidade, causa estranheza e até insegurança naqueles irão utilizá-la.

Assim, A Disciplina Positiva engloba uma sequência de sentimentos e atitudes positivas, procura, essencialmente, exaltar os acertos e não os erros através de elogios, amparada no companheirismo, compreensão, empatia, acolhimento, paciência, respeito à individualidade de cada criança ou adolescente, exemplos positivos, limites e autoconhecimento (NELSEN, 2015).

Deste modo, Lacerda (2017) destaca:

A disciplina positiva é um modelo educativo que você adulto pode usar com a criança com firmeza, afeto e empatia. Ela é uma escolha na forma de conduzir a

criação, os limites e os diálogos, na qual criamos laços de amor, confiança e conexão, por que entendemos que é muito importante, conhecer as necessidades por trás dos comportamentos da criança e atender a elas de forma consistente e amorosa. Sabemos por vários meios que tudo isso traz efeitos extremamente positivos nas relações familiares e especialmente no futuro das crianças. [...] A Disciplina Positiva não é autoritarismo e nem permissividade. Ela é uma maneira equilibrada de educar que envolve o uso de técnicas como prevenção, distração, e substituição para conduzir as crianças com gentileza. (LACERDA, 2017).

O primeiro livro publicado sobre Disciplina Positiva foi o livro da psicóloga americana e doutora em educação Jane Nelsen (2015). Esta autora foi responsável pela propagação dos conceitos e práticas da Disciplina Positiva. Pelo período de dez anos, operou como conselheira educacional de ensino fundamental e instrutora universitária de desenvolvimento infantil, divulgando e aprofundando os conceitos adlerianos através do projeto *ACCEPT (Adlerian Counseling Concepts for Encouraging Parents and Teachers)*.

Educar sem temor ou sem autoritarismo é uma tarefa muito difícil num mundo onde o senso comum nos coloca frente a duas opções: ser autoritário ou permissivo. A Disciplina Positiva, por outro lado, expõe a possibilidade do indivíduo ser firme (não autoritário) e gentil (não permissivo) ao mesmo tempo, colocando o sujeito como um ser ativo, construtor de seu processo de

disciplinamento, torna-o um ser pensante de suas ações, de seus sentimentos, desconstruindo as relações de poder e abrindo espaço para o diálogo. (ARAGÃO; ANDRADE; SANTANA, 2017).

Trata-se de uma forma de disciplina sem violência, sem culpa ou vergonha. “É uma abordagem que não inclui controle excessivo ou permissividade. [...] A permissividade é humilhante para adultos e crianças e cria uma codependência nada saudável em vez de autossuficiência e cooperação” (NELSEN, 2015, p. 11).

A Disciplina Positiva compreende a criança como um indivíduo capaz de se educar com controle e sem autoritarismo. Para a Disciplina Positiva, as crianças são seres disponíveis ao diálogo e extremamente observadoras, por isso, é necessário reforçar que o exemplo dado pelo adulto é primordial na educação da criança (NELSEN, 2015).

Por isso, ao se considerar a maneira como lidamos com os desafios da educação de uma criança, devemos pensar se essa maneira:

1. É respeitosa? (Desejamos tanto que as crianças nos respeitem e respeitem os outros, mas se não somos respeitosos com ela, como ela vai aprender isso?)
2. Essa maneira contribui para que a criança sinta um senso de aceitação e importância? (Todo ser humano busca se sentir aceito e importante, especialmente as crianças que muitas vezes se comportam mal porque não se sentem assim)

3. Essa maneira é efetiva a longo prazo, ou resolve o problema agora mas não traz efeitos positivos para o futuro?
4. Ajuda a criança a desenvolver habilidades sociais e de vida valiosas para que ela possa desenvolver um bom caráter?
5. Ajuda a criança a descobrir o quanto ela é capaz e a usar o seu poder pessoal de maneira útil? (LACERDA, 2017).

Diante dessa análise, Nelsen (2015) demonstra técnicas eficientes e eficazes as quais contribuem como apoio fundamental no processo de desenvolvimento disciplinar das crianças, para auxiliar o bom exemplo que pais e educadores carecem dar às crianças para discipliná-las.

Desta forma, o uso de punição na tentativa de disciplinar o sujeito não tem eco nesta teoria, uma vez que funciona em curto prazo, isto é, o comportamento desejado é obtido, mas não mantido, não sendo, portanto, eficaz. Para Nelsen (2015), o propósito da Disciplina Positiva é atingir resultados positivos em longo prazo, bem como responsabilidade e cooperação imediata. (ARAGÃO; ANDRADE; SANTANA, 2017).

Conforme visto acima, a disciplina desejada é aquela que possui efeito duradouro capaz de formar a personalidade do indivíduo. A disciplina imposta, autoritária é conquistada através do medo e possui efeito momentâneo, passageiro. Já a disciplina positiva é processo lento, mas eficaz, conquistada através do respeito, eis aí a principal diferença.

[...] Um dos conceitos mais importantes a serem entendidos na Disciplina Positiva é que crianças são mais propensas a seguir as regras que elas ajudaram a estabelecer. Elas aprendem a tomar decisões eficientes com auto-conceitos mais saudáveis quando aprendem a ser membros que contribuem com a família, a classe e a sociedade. Esses são efeitos importantes da Disciplina Positiva em longo prazo. (NELSEN, 2015, p. 12).

A disciplina positiva zela pelo direito fundamental a dignidade da pessoa humana presente no artigo 1º, inciso III da Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988, pois, defende que a crianças tem direito à dignidade e respeito, pois, é pessoa como qualquer outra. Vejamos:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania

III - a dignidade da pessoa humana; [...].

(Grifos nossos).

A Disciplina Positiva é um método equilibrado de educar que lança mão de técnicas como prevenção, lúdico, distração, e substituição para conduzir as crianças com civilidade.

A aplicação da Disciplina Positiva é algo desafiador, que precisa ser trabalhada com perseverança e controle

emocional para que seja possível obter sucesso em sua aplicação.

A Disciplina Positiva alia a gentileza e firmeza, de forma balanceada e ao mesmo tempo. Segundo Nelsen (2015, p. 13), a “gentileza é importante para mostrar respeito pela criança. Firmeza é importante para mostrar respeito por nós mesmos e conforme a necessidade da situação”.

Deste modo, essas duas características importantes que norteiam a Disciplina Positiva, gentileza e firmeza, proporcionam oportunidades para que as crianças aprimorem suas percepções significativas, assim como, habilidade de compreender suas próprias emoções e de se comportar usando essa compreensão para desenvolver autocontrole e autodisciplina. Agir de acordo com a Disciplina Positiva, utilizando a firmeza e gentileza, é por exemplo, contornar uma situação de indisciplina utilizando frases gentis e firmes envolvendo a criança na determinação dos limites, (NELSEN, 2015, p. 11-13).

O processo da Disciplina Positiva além de abster o comportamento indesejado das crianças, proporcionam ensinamentos de habilidades sociais e de vida. Dois métodos podem ser identificados na Disciplina Positiva, que geram experiência de aprendizagem favorável, de acordo com Dreikurs (1971) e Nelsen (2015).

CONCLUSÃO

A indisciplina apresenta-se como um importante obstáculo no processo ensino-aprendizagem, prejudicando

o exercício da função docente e o aproveitamento dos conhecimentos ministrados por parte dos alunos envolvidos. No entanto é importante enxergar o disciplinamento como ferramenta de mudança social, isso quer dizer que o docente não deve almejar apenas a obediência do aluno, ou que sua aula flua num “mar silencioso”, mediante sujeitamento da criança, mas que se importe com uma educação a longo prazo, preparando-a para lidar com os conflitos cotidianos de maneira positiva.

O disciplinamento propriamente dito é falho quando algum princípio básico deixa de existir, como o respeito, por exemplo. É comum encontrar educadores com ideias controversas no que diz respeito a rigidez/permissividade e firmeza/gentileza. De fato, a crença na impossibilidade de ser firme e gentil ao mesmo tempo, convida os docentes a continuarem atuando por meio de castigos corporais e humilhantes (além, claro de todo um contexto cultural que coloca a criança em condição de submissão frente ao adulto), todavia, a equação completa (ser firme e gentil) é o que possibilita o denominador comum – afetividade e respeito na relação aluno/docente. Nelsen (2015, p. 62) já dizia, “Às vezes, precisamos curar a relação antes de lidar com o mau comportamento”.

É verídica a necessidade de desenvolver um novo olhar sobre o mau comportamento, as crianças nem sempre conseguem usar a comunicação verbal não violenta para falar sobre o que estão sentindo, portanto, nós, educadores, precisamos estar preparados para ajudá-las a decodificar estes sentimentos. Para isso, é necessário problematizar o olhar do docente a enxergar o que não está visível. A

raiva/crise pode estar disfarçada em outras questões, tais como fome, medo, necessidade de se sentir aceito no meio em que se encontra e outras infinitudes de sentimentos que a subjetividade humana pode nos oferecer.

Sabemos que as discussões sobre a Disciplina Positiva abre espaço para muitos questionamentos, não sendo um tema que se encerra nessas linhas. Portanto, muitas pesquisas ainda necessitam ser realizadas, em especial na perspectiva da Pesquisa-Ação, com vistas a criar um espaço de práxis, estimulando os docente a repensar suas práticas e ações, bem como abrindo um canal de escuta para suas ansiedade, medos, crenças e valores.

Entendemos que o docente pode cultivar um olhar “positivo” para cada situação que venha a ocorrer em sala de aula, começando assim a desenvolver novos aprendizados a partir dos erros, sendo grato às infinitas contribuições que as crianças possam oferecer, promovendo uma educação mais respeitosa e acessível com todos os que dela usufruem.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Milena; ANDRADE, Marques Natan dos Santos; SANTANA, Arima de Andrade. **Disciplina Positiva**: possibilidades para repensar os castigos escolares no contexto da educação infantil. Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional, 2017.

BOARINI, Maria Lucia. **Indisciplina escolar:** uma construção coletiva. Revista Semestral Da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional. Maringá, v. 17, n. 1, Jan. – jun. 2013. p. 123-131. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-85572013000100013>. Acesso em: 5 out. 2018.

BOARINI, M. L. **Indisciplina escolar e dificuldades de aprendizagem escolar:** questões em debate. Apontamentos, n. 69, p.1-26, Maringá, 1998.

DREIKURS, Rudolf. **Escola, Complemento e Lar.** Psychology in the Classroom – A Manual for Teachers. Ro de Janeiro: Blac Editors, 1971.

Estrela, Albano. **Teoria e Prática de Observação de Classes** – Uma Estratégia de Formação de Professores. 4. ed., Porto Editora, 1994.

LACERDA, Mariana. **Disciplina Positiva:** o caminho saudável para criar conexão verdadeira e educar as crianças com amor e respeito. Minas Gerais, 2017.

NELSEN, Jane. **Disciplina positiva.** 3. ed., São Paulo: Manole, 2015.

PONTE, João Pedro da; BRANCO, Neusa; MATOS, Ana. **Álgebra no ensino básico.** Ministério da educação, Portugal: DGIDC, 2009.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento:** Plano de ensino - aprendizagem e projeto educativo – Elementos metodológicos para a elaboração e realização. São Paulo: Libertad, 1995.

VEIGA, Ilma Passos (Org.). **Projeto Político-Pedagógico da escola:** uma construção possível. 23. ed., Campinas, São Paulo: Papirus, 2007.

CAPÍTULO 3

AVALIAÇÃO NO CONTEXTO ATUAL

Jôse Lidiani Leal Barbosa²

INTRODUÇÃO

Muitas inquietações nos fazem refletir sobre a maneira e finalidade como estão sendo realizadas as avaliações atualmente: de forma classificatória, excludente discriminatória e desvinculada do processo educacional com a função de punir, de disciplinar a turma, de reproduzir as ideais das classes dominantes, ainda é muito presente apesar de tantas reflexões, discussões, e pesquisa.

Através desse estudo pretende-se conhecer todos os entraves que não permitam que haja uma verdadeira avaliação da aprendizagem, bem como discutir a construção de uma prática avaliação.

1. AVALIAÇÃO

Todos fazem relatos sobre a avaliação cada um interpreta esse termo com significado diferente. Sendo assim, existe uso desiguais com fins e objetivos diferentes, e aplicada com poucos instrumentos.

Existem diversas definições atribuídas à avaliação como: verificar, medir, testar, porém não tem nenhum significado ou semelhança ao termo avaliar a palavra

avaliar vem do latim *avallerre*, que significa dizer dar valor a alguma coisa. *Verificar* também vem do latim *vorumfacere* que significa verdadeiro, dessa forma conceito de verificação emerge das determinações de conduta, de buscar ver se alguma coisa é realmente o que pensa.

Contudo medir implica averiguar extensão, volume, massa, entre outros, mas é necessário e um instrumento com unidade padrão. Medir aprendizagem com precisão é impossível, ainda não foi inventado um instrumento com tamanha capacidade. Pode-se medir o número de exercícios resolvidos, o número de erros em uma tarefa. O termo medida não é definido com clareza pelos professores para muitos tudo pode ser medido. “Analisar e interpretar dados obtidos na avaliação e elaborar hipóteses na busca de diagnosticar dificuldades apresentadas pelos alunos” (MAIA, 2005, p. 151).

No cotidiano, na comunidade científica teste é empregado para investigar, verificar se algo funciona. Na educação o teste é um elemento de análise do professor, portanto não é visto nem realizado dessa forma. É utilizado para conceder notas ou conceitos. De acordo com Hoffman, (1998, p.11), “o que tem ocasionado à maioria das discussões em torno da avaliação é tentativa de definição e significado primordial de sua prática na ação educativa”.

Sendo assim, cada professor penso que age em torno de uma avaliação de qualidade e defender seu método alegando ser boa avaliação. Às vezes sua concepção de avaliação está fortemente ligada a uma ideia de sentença e julga.

Entretanto, os tempos mudaram, a forma de ensinar mudou, mas as mudanças que aconteceram não foram significativas, pois é comum ver práticas avaliativas com sentido de medir, testar e verificar.

1.1 Avaliação no contexto atual

A avaliação é uma prática que não pode ser separada da ação educativa embora, muitos profissionais da área educacional percebam esses atos como dois momentos distintos. No entanto, a avaliação educacional no âmbito de sala de aula se realize da seguinte forma: após determinado período de aula e atividades escolares, o professor determine o dia da avaliação, formula testes ou provas ou outro meio qualquer desde que possa ser utilizado como instrumento avaliativo através do qual os alunos possam demonstrar seus entendimentos, compreensão de conteúdo, habilidades ensinadas.

O instrumento avaliativo mais utilizado é a prova, para elaborá-la o docente parte de diversas alternativas: conteúdo ensinado literalmente, conteúdo que o professor não ensinou, mas pressupõe ter ensinado conteúdo extra, para deixar a prova difícil, a disciplina social desses alunos, muitas vezes fazem presente na elaboração da prova, atualmente com o advento da internet para ganhar tempo os professores baixam prova de outras instituições e aplicam a seus alunos sem se importar com o nível de conhecimento de seus alunos.

Existe professor que refaz a prova, retirando as questões que ele julga fácil, e adiciona uma outra para ele

difícil, geralmente acontece isso por que durante as aulas os alunos foram indisciplinados, e como não pode punir de outra forma, bem como não procura métodos que possam tornar suas aulas mais atrativas, o que lhe resta é tentar disciplinar a turma tornando a prova difícil e por muitas vezes incompreensível.

Quando esses testes são realizados, os alunos respondem o que lhe foi solicitado, isso é quando conseguem compreender o que lhes foi pedido. Há casos em que o aluno estudou bastante, compreendeu o conteúdo, mas ficou com medo, tenso e acabou esquecendo tudo. No entanto, quando professor recolhe as provas e as corrigem não leva em conta o conhecimento dos alunos, não procura saber se o aluno está com problemas, apenas coloca o valor correspondente ao nível quantitativo da aprendizagem determinado pelo discente. Luckesi, (2003, p.38) enfatiza que “Para se processar a avaliação da aprendizagem o educador necessita dispor-se a acolher o que está acontecendo”. É notável que a forma como estão avaliando é errada, pois não levam em consideração outros aspectos relacionado ao qualitativo.

Essas atribuições com êxito ou não são registradas em cadernetas para serem adicionadas a outras notas de diferentes unidades de ensino, para formar o histórico escolar do aluno. Ainda em algumas instituições, há trabalhos, exercícios e testes intermediários, que são realizados durante o decorrer da unidade de ensino, adicionadas a nota final. Há também notas para quem têm uma boa conduta e diminuição a quem se comporta mal.

Uma boa ou má conduta não garante que o aluno aprendeu plenamente.

Perigosamente as condições concretas da prática avaliativa atual, autoritária e coerciva, determinam continuamente situações de sucessos e fracassos com base em exigências de memorização e reprodução de dados pelo aluno. O cotidiano da escola desmente um discurso inovador de considerar a criança e o jovem a partir de suas possibilidades reais. A avaliação assume a função comparativa a classificatória, negando as relações dinâmicas necessárias à construção do conhecimento e solidificando lacunas de aprendizagem (HOFFMAN, 1993, p. 62).

Em pleno século XXI a avaliação classificatória permanece viva nos estabelecimentos de ensino, às vezes mascaradas, mas sempre reduzida a uma apreciação final do desempenho do aluno para fins de registros.

1.2 Avaliação classificatória: a melhor forma de verificar a aprendizagem

O âmbito escolar é caracterizado pela multiplicidade de ensino aprendizagem, experiências e relações sócias, realidades diferentes, objetivos de vida variados, estruturas de poder desiguais, tradições históricas e vivenciais, culturas diferentes que se unem em um cotidiano, diálogo, gerando conhecimento a partir de várias perspectivas.

No processo educativo o ato de aprender deve ser o centro, o aluno o sujeito, o objetivo principal fundamental a

aprendizagem e a avaliação um instrumento de melhoria da aprendizagem, também de melhoria pessoal: profissional, educacional, social e estética. Flores et al (1993, p. 10) diz: “a avaliação é o processo sistemático que permite captar informações sobre o objetivo avaliado para contatá-la com um marco de referência e a partir desta constatação emitir juízos de valor e propor alternativas para melhorar o dito objeto”.

Por conseguinte, presenciamos diariamente em escolas de norte a sul a avaliação de forma fragmentada e desvinculada do processo educacional. Sendo assim a avaliação é vista como uma prática de exclusão que impede a expressão de determinados conhecimentos, selecionados o que pode ou não ser aceito na escola. Os docentes não administram uma teoria sobre avaliação ampla o bastante, para abarcar as diferenças que vão aparecendo.

O arsenal de teorias que podem possuir não os ajuda a identificar as conexões, entre as atividades que desenvolvem o conteúdo escolar, também boa parte dos professores, não conseguem definir com transparência, ao fazerem o planejamento de ensino o que esperam de seus alunos após serem submetidos a uma determinada aprendizagem.

A análise de prática pedagógica, assinalada que a preocupação com a classificação das respostas dos alunos em erros ou certos impedem que o processo de ensino-aprendizagem incorpore a riqueza presente nas propostas escolares, que seria valorizar a diversidade de conhecimentos e processos de sua construção e socialização. Enfatiza Hoffman (1998, p. 57): “a prática

avaliativa classificatória considerada as tarefas de aprendizagem a partir de uma visão linear, sem considerar a gradação das dificuldades natural nas tarefas que se sucedem”.

Esse tipo de avaliação não pode determinar o que o aluno aprendeu, impossibilita a construção do seu próprio conhecimento sendo empregada apenas, com o objetivo de classificar, castigar, definir o destino dos alunos de acordo com as normas do estabelecimento de ensino.

No processo de ensino-aprendizagem, é necessário incentivar a interação do aluno, para que cada um possa ensinar algo para o outro, nesse sentido é de extrema importância que a avaliação seja um processo contínuo para provocar o desenvolvimento pleno do aluno. De acordo com Sant’Anna (1999, p. 23), “[...]a aprendizagem s processa por uma interação do indivíduo que aprende com o objeto a der conhecido, o que ocorre pela ação do sujeito frente ao objeto”.

O ser humano aprende quando é capaz de construir significados e atribuir sentido ao conteúdo da aprendizagem, de solucionar problemas e transferir saberes embasados em uma referência para múltiplos contextos, de outras referências. Segundo Antunes (2002, p. 15), “todo aluno é sempre o agente central na forma como constrói conhecimentos”.

A avaliação atualmente é considerada pelos alunos, como bicho de sete cabeças, um fantasma. Para eles, prova é sinônimo de tortura, frustração, trauma, isso acontece porque é raro avaliar o que o aluno aprendeu, é mais fácil

sobrecarregá-los com exercícios, trabalhos e testes para ser resolvidos e dar-lhe notas ou conceitos.

Com certeza a avaliação é extremamente importante no processo educacional, quando realizada de forma correta, uma prova de final de bimestre não garante uma aprendizagem global do aluno.

Avaliar a aprendizagem do aluno significa fazer uma reflexão crítica no sentido de captar seus avanços, suas resistências, suas dificuldades, possibilitando uma tomada de decisões da sociedade tendo acesso à cultura, enfim garantindo a formação correta do alunado. Hoffman (1993, p.63) afirma que “[...] o professor deve assumir a responsabilidade de refletir sobre toda a produção de conhecimento do aluno, promovendo o “movimento “favorecendo iniciativa e a curiosidade no perguntar e responder e ir construindo novo saberes junto com os alunos”.

Entretanto, para o professor avaliar a aprendizagem nessa perspectiva, toma muito tempo, envolve um processo complexo. Portanto eles não querem se comprometer.

Avaliar a aprendizagem requer observação e investigação minuciosa então é melhor para o professor fazer e repetir tarefas sem que os alunos compreendam, apenas memorizem sem descobrir as razões dos acontecimentos..

Dessa maneira a avaliação não vai contribuir para a construção da identidade e autonomia do aluno, limitando-o a repetir e imitar as pessoas.

1.3 Função da avaliação e do professor

O papel da escola perante a sociedade é formar cidadãos críticos e conscientes, bem como assegurar saberes que será base para inserção na sociedade e no mercado de trabalho, isso é incumbência de um professor, que na maioria das vezes ficam acomodados ou não tiveram uma boa formação, não conseguem entender qual a sua função.

A responsabilidade do professor é imensa, ele deve ensinar visando uma aprendizagem significativa, detectando as dificuldades que deve superá-las procurando meios de resolvê-las, para tudo isso ser realizado com êxito ele tem que ter conhecimento sobre avaliação.

A avaliação é entendida como acesso a cultura e a ciência, o objetivo que cada professor devia ter era deixar nenhum aluno excluído do processo ensino- aprendizagem. Nessa perspectiva, a função da avaliação precisa ser: Diagnóstica, formativa e somativa. Depresbileris ressalta:

A função diagnóstica permite detectar a existência ou não de pré-requisito necessário para que a aprendizagem se efetue. A função formativa consiste no fornecimento de informações que orientarão na melhoria dos desempenhos dos estudantes durante o processo de modo a evitar o acúmulo de informações. A função formativa implica fornecimento de informações a respeito de valor final do desempenho do educando, tendo em vista a decisão de aprová-lo. (DEPRESBILERIS 2001, p.14).

Sendo assim, a função do educador vai de além do dever de transmitir conteúdos e fazer avaliação com sinônimo de testar e medir conhecimento. O papel do professor é de um conselheiro, observador e orientador.

Nesse contexto a abordagem da avaliação “castigo” merece ser substituída por uma abordagem embasada na prática de avaliação construtivista e libertadora.

Compreender e reconduzir a avaliação numa perspectiva construtiva e libertadora exige no meu ver uma ação consensual nas escolas e universidade no sentido de revisão e significado políticos, das exigências burocráticas, dos sistemas municipais, estaduais e federal de educação. (HOFFMANN, 2003, p.24)

Contudo para haver mudanças na forma de avaliar, o sistema educacional com um todo, deve organizar-se, uma vez que a responsabilidade não é só do professor e não pode acontecer de forma isolada e fragmentada.

A concepção construtivista considera o conhecimento produzido pelo aluno, num período de experiência. Um conhecimento que ela mesma constitui, enfim a construção do conhecimento deve surgir da compreensão, hipótese a avaliação feita, deve ser no sentido de investigação, reflexão do professor sobre a manifestação dos docentes.

A avaliação na perspectiva libertadora desenvolve uma prática de ação coletiva e consensual, reflexiva e investigadora dando ênfase a compreensão.

2. AVALIAÇÃO E POLÍTICA

O contexto social caracteriza-se por determinações política, seja por decisões democráticas ou desiguais.

A educação como um todo, segue a situação socioeconômica do país, dessa forma ensinar assim como avaliar são atos políticos e para que se tornem verdadeiramente políticos, necessita se prover de conhecimentos para garantir sua função.

Não é possível gestar cidadania competente, sem manejo adequado do conhecimento o que leva de imediato, a valorizar didáticos reconstrutivos que privilegiam o saber, o pensar e o aprender. Não é viável dispensar matemática mesmo que a maioria aprenda mal, porque sem eles não se dá conta das marcas centrais do mundo moderno como, por exemplo, a inclusão na informática e mais instrumentações em geral (DEMO, 2003, p. 26).

É necessário para assegurar um bom ensino uma avaliação de qualidade é preciso também obter uma igualdade entre qualidade técnica formal é política.

No entanto a qualidade formal e a proporção instrumental e a qualidade política refere-se aos valores, o ser humano é o ponto central especialmente os compromissos éticos.

Não pode se deixar de lado a parte formal da qualidade que se dá através dos instrumentos de mudanças fundamentais para o manejo do conhecimento, entretanto,

não se pode valorizar com demasia política ideológica, podendo desfavorecer a qualidade formal.

No processo avaliativo tento o aspecto técnico formal, quanto o político, se o aluno não tiver uma abordagem com qualidade formal e política, este desempenho é crítico e deve ser revertido.

Reduzir exigências formais para esconder baixos desempenhos é incorreto, ou seja, aprovar um aluno sem que ele tenha desenvolvido certas habilidades e capacidades que são importantes para a inserção em outras séries. “os professores precisam acompanhar essa velocidade. Nós não conseguimos mudar os paradigmas escolares com os mesmos modelos de nossos avós” (WERNEK, 1999, p.58).

Percebe-se que os professores devem manter-se atualizados para dar subsídio a competência que o que o processo educativo tem que garantir, e tornar o aluno um cidadão comprometido com a ética e a moral, capaz de intervir eticamente na realidade.

O caráter político da avaliação se revela concretamente quando há uma reprovação. Com papel político da avaliação escolar colabora com o processo de dominação das classes favorecidas sobre as classes populares e quando há uma separação de rotulados menos capazes, com problemas de aprendizagem dos inaptos dos que são aptos, esta ocorrência estará contribuindo para formação de um conceito negativo. Nesse sentido a avaliação é usada como um instrumento de discriminação e seleção social.

Para o professor fazer uma avaliação adequadamente política precisa entender os aspectos de

qualidade formal e política para beneficiar e facilitar a qualidade da aprendizagem do aluno, tornando-o capaz de assegurar o conhecimento formal e administrador de sujeito histórico ativo.

2.1 Mudar a concepção: avaliar ou atribuir notas

O retrato do educador se constrói pelo exercício de uma ação situada no ensinar, instruir. Cujo processo se dá de fora para dentro, com a preocupação única de transmitir bem os conhecimentos que se localize em um ponto externo a significação da vida.

Um bom professor deve conhecer os diferentes instrumentos para a avaliação e a melhor forma de usufruir deles. Este conhecimento esta entrelaçada à concepção de que a avaliação não deve servir de instrumento de ameaça, pressão para condicionar e tornar a turma disciplinada e que memorizem capítulos inteiros em saber que a prova é um momento privilegiado de estudo, pois através dele o professor competente vai conhecer se alcançou algo, se chegou a concretizar seus objetivos.

Uma das metas que o professor espera é que seus alunos tirem boas notas nas provas, mas apenas á análise das notas não é garantia de sucesso, pois dependerá de como a prova é formulada e o que nela se pergunta. “Se a nota fornece uma informação compreensível e útil, porque privá-lo dessa mesma informação” (REBELO 2003, p.81).

Contudo o que se deve entender é que nota não é problema, mas sim uma postura avaliativa. A nota é apenas

uma maneira de expressar os resultados de uma avaliação e a mesma é uma reflexão a aprendizagem.

Enquanto existir nota que reprova, o aluno apresentara um comportamento de memória superficial, visto que ele quer adquirir uma boa pontuação para não ser reprovado nem castigado pelos pais, que geralmente contribuem para uma aprendizagem deficitária, exigindo de seus filhos notas alta, não importa a forma como ele conseguiu adquiri-la.

A abordagem predominante da avaliação está direcionada por uma relação pedagógica que se constrói dentro de estruturas fechadas de organização escolar.

Se algum centro educacional se conscientizar e decidir mudar tal concepção, essa ideia de que avaliação é atribuir notas a cada dia tornam-se difícil, os princípios que fundamentam tal expressão, cada vez mais se padronizam, impedindo que o professor veja e sinta cada aluno como sujeito da educação em seu desenvolvimento integral e singular, negando as diferenças que os torna humano.

2.2 Modificar a prática avaliativa escolar

Avaliar a aprendizagem está profundamente relacionado com o processo de ensino, e, portanto deve ser conduzido como mais um momento em que o aluno aprende. Pode-se tornar um momento privilegiado, diante de tudo o que a tradição vem associando a prova, o aluno coloca suas energias em busca de sucesso, normalmente objetivando uma boa nota. Essa cultura de avaliação deve

ser transformada em momento de construção do conhecimento.

Uma das práticas avaliativas mais utilizadas é a classificatória, muito consolidada, fortalecida por um processo tecnicista e medida política, que testa de uma ou de outra forma de avaliar tronando-se um sonho.

Modificar uma concepção avaliativa implica a construção da prática avaliativa e dos sujeitos avaliadores, exige a incorporação de novas atitudes e valores, envolvendo a construção de uma nova mentalidade educacional. Tais alterações tem se situado principalmente no campo da ética das políticas públicas que poderia propor a construção de uma nova visão, do que seria um verdadeiro instrumento avaliativo e a forma de utilizá-lo.

A avaliação só vai perder seu caráter dominador quando o professor parar e fazer uma reflexão acerca da prática pedagógica e compreender que avaliar está ligado ao desejo político dele, que se representa no compromisso do aprofundamento teórico. Bem como de atualização permanente contextualizada e de consciência humanizada sobre a realidade.

2.3 Avaliação mediadora: uma solução

A avaliação mediadora ao contrário da prática avaliativa tradicional está preocupada e direcionada para as mudanças que interfiram na realidade da sociedade.

Uma avaliação nessa perspectiva permite que o aluno seja um indivíduo comprometido com a transformação social. Entre as novas atitudes exigidas para

esse fim, pode se destacar: seleção de conteúdos que confrontam com a realidade social; professores que avaliam a sua própria prática pedagógica; e o fazer pedagógico dinâmico com diversas situações que possam surgir. Como ressalta (HOFFMAN, 1994, p.58), “a perspectiva da avaliação mediadora pretende essencialmente, opor-se ao modelo de transmitir, verificar, registrar”. Dentro dessa abordagem, onde o compromisso do educador se desloca para aprendê-lo, o distribuir para o produzir, existe uma evolução no sentido de uma ação reflexiva e desafiadora do educador em termos de contribuir, esclarecer, propiciar uma troca de ideia entre docente e discente, num movimento de transposição de saber transmitido durante a aula, a uma produção de saber enriquecido e construído a partir dos fenômenos estudados, movimentos, ação, estímulos, na expectativa da reciprocidade intelectual entre os elementos da ação educativa, professor aluno, procurando ajustar sua concepção, trocando ideias reorganizando-as.

Esta avaliação está entrelaçada a possibilidade de uma pedagogia comprometida com a inclusão, com a pluralidade com o respeito às diferenças com a construção coletiva. Buscar entender as necessidades postas pela escola como território múltiplo.

Na avaliação mediadora esta incluída o modelo progressista, a maneira de efetuar a avaliação é muito diferente dos padrões dos modelos tradicionais.

Esta prática se caracteriza pela interação entre professor aluno, descobrindo a realidade e aprendendo sobre si mesmo. As ações educativas na consolidação e construção do conhecimento se efetiva através da reflexão.

Tais como: o que avaliar quem avalia, como e com que avaliam, essas reflexões deve ser rotineiras para rever os objetivos e metas que os movem em suas ações avaliadoras.

Para que essa forma de avaliar se concretize, o professor necessita ter competência técnica para ensinar, o que não reduz apenas domínio de conteúdos a serem selecionados, equivale também às habilidades e competências, permitam ao educador desenvolver um trabalho de qualidade com seus alunos.

Portanto, a avaliação mediadora é realizada de forma contínua cumulativa, sistemática e com objetivo de diagnosticar a aprendizagem de cada aluno. Para poder fazer as alterações cabíveis no ensino, almejando a aprendizagem global dos alunos.

CONCLUSÃO

A função da avaliação precisa ser de diagnóstico e reforço, para permitir que o aluno cresça e o papel do professor deve ser de conselheiro, orientador, observador. Para evitar o fracasso escolar é fundamental uma boa avaliação, mas para isso é necessário que o professor compreenda que a avaliação da aprendizagem precisa ter coerência com o conteúdo ensinado, também entenda que é uma prática que não pode ser separada da ação educativa.

Avaliar verdadeiramente a aprendizagem significa refletir criticamente no sentido de captar avanços, resistências e dificuldades para tomar uma decisão no sentido de recuperar os entraves. Isso requer tempo e disposição, observação. Para muitos professores é melhor e

dá menos trabalho repetir tarefas, fazer provas atribuindo notas. A nota não é problema, mas a forma como se chega até ela.

A cada dia que passa fica mais difícil mudar a concepção de que avaliar não é não é atribuir notas, essa ideia está muito consolidada e padronizada nas instituições escolares. A avaliação mediadora é uma solução, nela o compromisso do educador se desloca para aprendê-lo, há uma relação entre o professor, aluno e o conhecimento. Todos precisam estar unidos com a intenção de melhorar a aprendizagem através da reflexão da investigação contínua da dinâmica das relações pedagógicas estabelecidas. Essa forma de avaliar passa de uma ação mecânica, corretiva, que causa pavor e medo em meio à ameaça e transforma-se num processo de diálogo com a realidade dos alunos, refletindo e posicionando, contribuindo para a autonomia e formação do senso crítico.

Após o estudo realizado percebe-se que a avaliação no contexto atual ainda tem características de quatro séculos atrás, é excludente, punitiva, com o compromisso de acompanhar o estudante numa postura que dá privilégio a memorização.

O professor ao avaliar deve ter responsabilidade social com a educação, buscar suporte constantemente em livros que norteiam sua prática e lhe garantam ser um grande agente transformador da estrutura social, procurando utilizar melhores formas de avaliar, instrumentos mais eficazes que dêem oportunidade aos educandos a mostrar o seu desenvolvimento global.

Dessa forma o estudo enfatiza a importância de uma mudança no processo avaliativo, é necessário que haja uma proposta de ação e transformação de cada educador.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso. **A avaliação da aprendizagem**. 3 ed. Petrópolis Vozes, 2002, pg. 15.

DEMO, Pedro. **Avaliação sob o olhar propedêutico**. 6 ed. Petrópolis-RJ: Vozes. 2003, p. 26

DEPRESBILERIS, Lea. **Avaliação educacional em três atos**. 2 ed. São Paulo: Senac, 200, p. 14

FLORES, M. et al. **Manual de evolucion**. México: centro de documentación. Secretariz de Educación, 1993, p.10.

HOFFMANN, Jussara. **Pontos e contra pontos do pensar ao agir em avaliação**. Porto Alegre: Mediação, 1998 p. 11, p. 57.

_____. **Avaliação mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. 3 ed. Porto alegre: Mediação, 1993 p. 63

_____. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola universidade**. 4 ed. Porto Alegre educação e Realidade, 1994, p.58.

_____. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola universidade.** 4 ed. Porto Alegre, mediação, 2003, p.38.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e recriando a prática.** Salvador Malabares, 2003, p. 38.

MAIA, Rejane. **O professor socioconstrutivista: um novo olhar para os atos de planejar.** In: IV congresso internacional de educação. Olinda\Pe Sapiens, p.151.

REBELO, Ednar Henrique. **Avaliação: novos tempos, novas práticas.** 6 ed. Petrópolis-RjJ Vozes, 1999, p.81.

SANT´ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar: como avaliar.** 5 ed. Petrópolis: RJ: Vozes, 1999, pg. 23.

WERNECK, Hamilton. **Se a boa escola é a que reprova, bom hospital é o que mata.** 3 ed. Rio de janeiro: Dp & A, 1999, p.58.

CAPÍTULO 4

BULLYING: SUBJETIVIDADE E NOVAS TECNOLOGIAS

Mara Sandra Oliveira Melo⁵

INTRODUÇÃO

O Presente artigo vem falar do bullying e como ele é caracterizado e o tipo específico de violência escolar. É uma palavra de origem anglo-saxônica, sem termo equivalente na língua portuguesa, que significa usar o poder ou força para intimidar, excluir, humilhar, perseguir os outros, violentar (CARVALHO, 2005). Embora o termo e muito polêmico, principalmente no Brasil, esta prática há muito tempo está disseminada no ambiente escolar. Este fenômeno explicita uma relação desigual de poder, reforçando os padrões de normatização, constituídos a partir da subjetividade social, ou seja, de um conjunto de crenças, valores, representações, construídos pelos homens ao longo de sua história, que atravessa e se singulariza de forma única na subjetividade individual. Muitas vezes esta violência entre os alunos e também

⁵ Mestrando em Formação Educacional, Interdisciplinaridade e subjetividade pela UNASUR, Pós-graduada em Didática do Ensino Superior Pio Décimo 2008, Graduada em Pedagogia UVA-CE 2002, Cursando graduação em Letras pela UFS, Professora da Rede Municipal de Pacatuba-SE – E-mail: Maramoliveira18@hotmail.com

atitudes agressivas intencionais e repetidas sem motivação em relação desigual de poder esta a cada dia dentro do ambiente escolar.

Segundo Lima (2004), o bullying o nome dado para o comportamento agressivo de estudantes em ambiente escolar, que pode ser sob forma de agressão física ou como desprezo, julgamento, humilhação e segregação. Geralmente é um comportamento intencional, repetitivo e sem motivação, provocado por um ou mais estudantes contra outros e explicita uma relação desigual de poder, mesmo entre crianças mais novas. Muitos tipos de comportamento podem ser considerados bullying, desde ofensas e discriminação dentro do grupo até agressões gratuitas e roubos de dinheiro e pertences. Trata-se de um problema grave, que pode comprometer a saúde de quem o sofre. Ocorre em praticamente qualquer escola e na grande maioria dos casos não é percebido pelos pais e educadores, sendo que as vítimas na maioria das vezes não procuram ajuda, seja por medo ou por falta de conhecimento.

1. A VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Os atos de violência no âmbito escolar, que vêm acontecendo muito nas Escolas, é hoje uma das principais preocupações da sociedade. Ela atinge a vida e a integridade física das pessoas. É um produto de modelos de desenvolvimento que tem suas raízes na história. A definição de violência se faz necessária para uma maior compreensão da violência no ambiente escolar. É uma transgressão da ordem e das regras da vida em sociedade.

Percebendo tal interrogação, e a necessidade de demonstrarmos que o exemplo e o ambiente em que o indivíduo vive podem desempenhar um grande papel em sua vida, consideramos o que defende Papalia (1981), na medida em que para ela, o comportamento agressivo das crianças é incentivado pelo grito dos pais, a humilhação e a provocação que esta criança pode receber. Observamos claramente, que segundo Papalia, estas crianças reagirão mais agressivamente às pessoas e situações de seu cotidiano se tiverem estímulos a este comportamento. “É dentro deste contexto que nos permitimos perguntar e questionar a existência de enormes, abrangentes e altamente sofisticados aparelhos repressivos.” (AMORETTI, 1992, p. 127) Eles disseminam a violência em nossa sociedade e são retransmitidas a outros agredidos através dos agressores atuais (mas agredidos em outrora). É através da legitimação desta violência, tida como forma de segurança para a sociedade e de bem-estar para a população que pode se iniciar os fomentos para as práticas de bullying nas escolas.

É o atentado direto, físico contra a pessoa cuja vida, saúde e integridade física ou liberdade individual correm perigo a partir da ação de outros. Para o corpo discente "violência representa agressão física, simbolizada pelo estupro, brigas em família e também a falta de respeito entre as pessoas". Enquanto que para o corpo docente "a violência, enquanto descumprimento das leis e da falta de condições materiais da população, associando a violência à miséria, à exclusão social e ao desrespeito ao cidadão". A educação não se manifesta, na sociedade, como um fim em si mesma, mas como um instrumento de manutenção ou

transformação social (LUCKESI, 2011). Com essa compreensão, a educação se mostra como redentora da sociedade, integrando harmonicamente os indivíduos no todo social já existente. Nessa perspectiva, ela é uma instância social voltada à transformação dos indivíduos, tornando-os autônomos, críticos, criativos e produtivos, capazes de desenvolver habilidades, de construir conhecimentos e de se apropriar dos valores éticos, necessários à convivência social.

Para o professor, a escola não é lugar de reprodução das relações de trabalho alienados e alienantes. As relações sociais, que se dão no interior da escola, são pautadas em valores morais que definem como o educador deve agir com seu aluno e este, com seus professores e colegas. A prática dessas relações forma moralmente os alunos. Oferecer um tratamento igualitário a todos deve ser a principal meta da escola, considerando que todas as pessoas têm os mesmos direitos, o que configura um dos princípios fundamentais das relações humanas, que mostra a importância da justiça para a formação do cidadão.

A agressividade humana e os comportamentos violentos dela decorrentes decorrem de diversos fatores sociais, de contextos culturais e de sistemas morais. Ficam claros os fatores que interferem na aprendizagem, relacionados ao professor, aluno, à família, à escola e ao Estado. Muitas pesquisas apontam a desmotivação dos professores diante de sua má remuneração, seu desprestígio e por serem submetidos a jornadas de trabalho excessivas e exaustivas, o que os incapacita de satisfazer suas necessidades básicas de uma forma digna. Quanto ao aluno,

têm-se levado em conta os seus problemas socioeconômicos e os fatores psicológicos, decorrentes da situação de pobreza dos pais, dos desajustes familiares e, sobretudo, da carência afetiva.

Na escola, observa-se a falta de participação dos professores, dos alunos, dos pais e da comunidade no processo educacional, além da ausência de compromisso com oferecer uma educação voltada à transformação e à construção da cidadania. No Estado, a política de baixos salários, a falta de condições humanas e materiais e a má administração dos recursos públicos também são fatores que se consideram como geradores da violência na escola e na sociedade, de modo geral.

Segundo Nogueira (2003), ao analisar o fenômeno da violência, se vê diante de uma série de dificuldades, não apenas porque o fenômeno é complexo, mas, principalmente, porque faz refletir sobre nós mesmos, sobre os pensamentos e sentimentos. De modo geral, a violência se confunde, se interpenetra, se inter-relaciona com agressão e/ou com indisciplina, quando se manifesta na esfera escolar. Portanto, a violência no âmbito escolar, tanto no Brasil quanto em outros países, procede da situação de violência social que modifica o cotidiano escolar (violência na escola), como pode manifestar particularidades de comportamento que nascem no âmbito escolar (violência da escola). A violência nas escolas é, atualmente, um fenômeno real que já faz parte dos problemas sociopolíticos do país. Trata-se de uma questão multicausal e complexa que demanda ainda análises e estudos mais aprofundados.

1.1 O Bullying, a Subjetividade e Novas Tecnologias

No entanto o Bullying, apesar de se reconhecerem em certos momentos discriminados na escola, apresentam recursos para superação e enfrentamento desta situação. Mostrando na sua singularidade, formas diferenciadas de vivenciar o bullying. Nota-se que a possibilidade de aprofundar na compreensão do complexo desenvolvimento da subjetividade pode contribuir para elaboração de estratégias educativas potencialmente mais efetivas no trabalho com este fenômeno. Por último reitera-se a necessidade da Psicologia pensar em práticas de promoção de saúde no contexto escolar, buscando desenvolvimento de condições adequadas de vida, contribuindo para a abertura de espaços de discussão sobre tensões e conflitos das relações humanas, de modo a torná-las mais saudáveis.

Segundo Vygotsky no que se refere à importância das interações sociais para a constituição social dos sujeitos, implicando na objetividade das ações e experiências e na subjetividade pelos significados das mesmas. O autor fundamenta os processos perceptivos, funções importantes na aprendizagem e no desenvolvimento, a afetividade e as emoções, a imaginação, que é descrita como podendo ser evocadora ou memorística, onde as situações vividas deixam suas marcas e que pode ser também combinatória, juntando as marcas com novas vivências sociais. Caso essas novas vivências sejam limitadoras nas interações saudáveis, como o bullying, questiona-se como serão as combinações desses seres humanos sobre as interações sociais e que impactos poderão acarretar em sua autoestima e

desenvolvimento como ser humano que é, e que se constitui socialmente. Parece-nos que há muito para ser pesquisado nessa trama intrincada que é um desafio para a educação na contemporaneidade, associado com tantas violências que ocorrem nas escolas. Violências são paradas no cotidiano, deslocam um tempo precioso de seus espaços de crescimento e expansão, coibindo a afetividade e interferindo nos laços sociais. Com o surgimento das novas tecnologias de informação e comunicação presente na sociedade, há um grande aumento do fenômeno de valorização das relações interpessoais virtuais através das redes sociais. Este mundo novo trazido pelas novas tecnologias está cada vez mais presente no cotidiano social. Em consequência, se tem a potencialização das agressões, antes presentes apenas nos limites físicos das escolas, agora presentes no ciberespaço, sem fronteiras físicas e temporais. É inegável que esta revolução cibernética-tecnológica afeta os mais variados aspectos da sociedade através da inserção de novos contextos virtuais.

Com as novas tecnologias o Bullying a cada dia vem crescendo a internet e o celular, mensagens com imagens e comentários depreciativos se alastram rapidamente e tornam o bullying ainda mais perverso. Com o espaço virtual e ilimitado, o poder de agressão se amplia e a vítima se sente acuada mesmo fora da escola. E o que é pior: muitas vezes, ela não sabe de quem se defender. Há cerca de 15 anos, essas provocações passaram a ser vistas como uma forma de violência e ganharam nome: bullying. Sua principal característica é que a agressão (física, moral ou

material) e sempre intencional e repetida várias vezes sem uma motivação específica.

A tecnologia deu nova cara ao problema E-mails ameaçadores, mensagens negativas em sites de relacionamento e torpedos com fotos e textos constrangedores para a vítima batizados de Cyberbullying (REVISTA NOVA ESCOLA 2010). No espaço virtual, os xingamentos e as provocações estão permanentemente atormentando ficava restrito aos momentos de convívio dentro da escola, os jovens utilizam cada vez mais ferramentas de internet e de troca de mensagens via celular e muitas vezes se expõem mais do que devem. A tecnologia permite que, em alguns casos, seja muito difícil identificar o agressor, o que aumenta a sensação de impotência e que a agressão se repita indefinidamente a mensagem maldosa pode ser encaminhada por e-mail para várias pessoas ao mesmo tempo e um fato publicado na internet acaba sendo vista por dezenas ou centenas de pessoas, algumas das quais nem conhecem a vítima.

CONCLUSÃO

Diante disso, procurou-se neste artigo mostrar que o bullying se apresenta como um tipo específico de violência escolar entre alunos que deve ser cuidado das instituições de ensino de manter uma segura e constante vigilância sobre o ambiente propício para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem afastando a violência onde a ameaça, o medo e tudo que possa prejudicar o real motivo que conduz alguém a um só tempo, o respeito e a dignidade

entre iguais. Este fenômeno reforça os padrões de normatização, constituídos a partir da subjetividade social, ou seja, representações, construídos pelos homens ao longo de sua história que atravessa e se singulariza de forma única na subjetividade individual.

Propõe-se que sejam trabalhados projetos com tema bullying ou até mesmo que ocorra uma intervenção na escola, conscientizando e discutindo a política do anti-bullying. Portanto é necessário que a colaboração de toda a sociedade, sobretudo pais, alunos, professores e funcionários cada um fazendo sua parte, contribuindo para que este problema seja efetivamente controlado nas escolas.

A tecnologia facilita o acesso dos mais jovens á ferramenta de comunicação com os celulares e a internet, mas nem sempre esses indivíduos têm consciências das consequências trazidas pelo mau uso desse meio das punições a que estão sujeitos no caso dos crimes virtuais então os jovens devem ser ensinados a utilizar de forma responsável as tecnologias.

REFERÊNCIAS

AMORETI, R (org.). Psicanálise e Violência: Metapsicologia – clínica – cultura. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1992. 152p.

CARVALHO, Patrícia Paiva. Bullying Subjetividade: Estudo preliminar sobre o fenômeno bullying em escola pública de Uberaba- MG. 2005. –p.87. Monografia, Universidade de Uberaba, Uberaba, MG.

Dreyer, D. A brincadeira que não tem graça. Disponível em: WWW.educacional.com.br/reposrtagens/bullying. Acesso em: 01/06/04.

LIMA, L. Disponível em www.espacoacademico.com.br/043/43lima.htm. Acessado em 25/05/2005.

NOGUEIRA, R. Escola e violência: análise de dissertações e teses sobre o tema produzidas na área de Educação, no período de 1990 a 2000. Dissertação (Mestrado em Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

LA TAILLE, Y. *Vergonha: a ferida moral*. São Paulo: Ed. Vozes, 2002.

LUCKESI, Carlos Cipriano. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. São Paulo: Cortez, 2011.

[HTTP://revistaescola.abril.com.br/formação/cyber-bullying-violencia-virtual-bullying-agressao-humilhação-56783.shtml](http://revistaescola.abril.com.br/formação/cyber-bullying-violencia-virtual-bullying-agressao-humilhação-56783.shtml), 2010

PAPALIA, D. E. O mundo da criança: da infância à adolescência. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1981. 640p.

Vygotsky, Lev S. A Formação Social da Mente. 7.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CAPÍTULO 5

VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Marcos Antonio Santos⁶

INTRODUÇÃO

A escola, na visão de todas as camadas da população, é a continuidade do processo de socialização, que foi iniciado pela família. Nesse sentido, os valores e as expectativas e as práticas que são apresentados no processo educativo nem sempre correspondem ao que os pais buscam para seus filhos na escola. Mas, na maioria das escolas brasileiras a violência está presente, onde desconstrói representações sociais iniciadas pela família na infância e da própria escola como local de formação, de conhecimento, de educação, de diálogo e de ética, contrariando as expectativas dos pais para com a educação de seus filhos.

As divergências e os conflitos são inseparáveis à convivência humana nas inter relações cotidianas, sejam elas estabelecidas entre duas pessoas, ou entre grupos constituídos por diversas particularidades e diversidades étnicas, raciais, religiosas, sexuais, econômicas, sociais e culturais. E, não dar atenção para esses assuntos que afetam toda a sociedade só dificulta as relações entre professores e

⁶ E-mail: marbrunata@ig.com.br

aluno reproduz reflexos negativos à aprendizagem. Para Durkheim (1930/1999); a coesão social é uma ligação resultante da solidariedade entre pessoas. A intensidade dessa solidariedade mede a ligação entre os indivíduos, variando segundo o modelo de organização de cada sociedade.

O objetivo desse trabalho é analisar os fatores que levam a violência e sua relação com a educação, observando a complexidade, não apenas porque esse fenômeno “violência” é multifacetado, mas principalmente, porque nos faz refletir sobre nós mesmos, sobre nossos pensamentos, nossas atitudes e nossos sentimentos. Mas como o objetivo principal foi fazer uma reflexão sobre a violência no ambiente escolar, procurando entender as causas que levam as crianças e adolescentes a esse fenômeno e como ele interfere no ensino aprendizagem.

A metodologia adotada para o desenvolvimento esta voltada para a pesquisa bibliográfica, na aquisição de conhecimentos, através de coletas de dados para obtenção das informações, que no momento atual, a violência é um fenômeno que se observa com frequência crescente em todos os ambientes da vida social, e a escola é uma delas.

A pedagogia passou por muitas mudanças até que se chegasse aos dias de hoje. Foram múltiplas pedagogias utilizadas, várias alterações no planejamento educacional, mas a educação continua ater as mesmas características hegemônicas em boa parte dos países do mundo.

Muitas situações de conflito ocorrido dentro do ambiente escola, é constatada de que o ensino ainda conserva hábitos de autoritarismo, as angustias e

desavenças ficam temporariamente sufocadas, passíveis de causas nos indivíduos envolvidos sintomas psicossomáticos por estarem sendo vítimas de violência simbólica que os afeta física e psicologicamente, embora a realidade socioeconômica e cultural seja completamente outra.

Por isso antes de sequer propor soluções, é necessário que se construa junto com os alunos, com a participação da comunidade escolar, para que eles sintam-se também responsáveis pela escola e possam observar nela não somente um lugar onde somente se aprende matérias curriculares, e sim, formam-se cidadãos, sujeitos de suas próprias histórias.

A participação de todos é de fundamental importância para um melhor aprendizado do aluno, só assim o docente terá parceiros, onde os mesmo possam refletir tal conceito e perceber que todos são responsáveis por essa formação, e vejam que pais, alunos e educadores sofrem e causam violência dentro e fora da escola.

1. VIOLÊNCIAS NAS ESCOLAS

1.1 Conceitos de violência

A violência é a utilização de força com o objetivo de destruir ou provocar danos em outras pessoas ou em alguma coisa. Isto sempre existiu, desde os povos mais antigos, mas só tornou-se motivo de inquietação na época contemporânea.

O termo violência deriva do latim *violencia* (que por sua vez o amplo, é qualquer comportamento ou conjunto de

deriva de *vis*, força, vigor); aplicação de força, vigor, contra qualquer coisa.

Alguns dos motivos que leva a violência esta relacionado, com a desigualdade social, miséria absoluta e educação punitiva são facilmente ligados a comportamentos violento e muitos provavelmente sejam causas desde tipo de conduta. É sabido que violência gera violência e o aumento deste problema parece ser gradativo, demandando o máximo de atenção e cuidado.

Além de ser um constrangimento físico ou moral, a violência é um ato vergonhoso que acontece diariamente, em todos os lugares do Brasil e do mundo. Ninguém sai mais à rua seguro de que vai voltar ao seu lar, muitas pessoas morrem e deixam famílias em sofrimento, por causa de um assalto, uma bala perdida ou outra causa de violência.

Ninguém que se tenha dedicado a pensar a história e a política pode permanecer alheio ao enorme papel que violência sempre desempenhou nos negócios humanos, e, a primeira vista, é surpreendente que a violência tenha sido raramente escolhida como objeto de consideração espacial. (Na última edição da Enciclopédia de Ciências Sociais, a “violência” nem sequer merece menção). Isto indica o quanto à violência e sua arbitrariedade foram consideradas corriqueiras e, portanto, desconsideradas; ninguém questiona ou examina o que é óbvio para todos. Aqueles que viram apenas violência nos assuntos “sempre fortuitos, nem sérios nem precisos” (Renan), que Deus sempre esteve com os maiores batalhões, nada mais tinha a dizer

a história. Quem quer que tenha procurado alguma forma de sentido nos registros do passado viu-se quase que obrigado a enxergar a violência como um fenômeno marginal (ARENDT, 2005, p. 23).

1.2 Fatores geradores de violência

São inúmeros os fatores que podem levar uma criança ou um adolescente a um delito, onde encontramos os mais relevantes que serão abordados. Esses modelos são levados em conta em diversas situações, entre eles estão: racismo, divergência religioso, diferentes culturas, o desrespeito, uso de drogas, a ambição, a educação familiar, falta de emprego, desigualdade social, o transito entre outras.

Há situações onde a violência é uma marca que vem sangrando há gerações, como: o racismo, o conflito de religiões e as diferenças culturais, mais especificamente os conflitos étnicos.

1.2.1 – Conflitos Étnicos

O conflito étnico é um termo sociológico para definir qualquer conflito de natureza violenta, bélica, ou militar entre dois ou mais grupos étnicos, ou seja, grupo de pessoas de diferentes origens culturais, religiosas, raciais ou geográficas.

Encontra-se no racismo, um dos maiores conflito étnico dos tempos atuais, onde consiste no preconceito e na discriminação com base em percepções sociais baseadas em diferenças biológicas entre os povos. Muitas vezes toma

a forma de ações sociais, práticas ou crenças, ou sistemas políticos que consideram que diferentes raças devem ser classificadas como inerentemente superiores ou inferiores com base em características, habilidades ou qualidades comuns herdadas.

1.2.2 – Desigualdade Social

Refere-se a processos relacionados na sociedade que têm o efeito de limitar ou prejudicar o status de um determinado grupo, classe ou círculo social. As áreas de desigualdade social incluem o acesso aos direitos de voto, a liberdade de expressão e de reunião, a extensão dos direitos de propriedade e de acesso à educação, saúde, habitação de qualidade, viajar, ter transporte, férias e outros bens de serviços sociais.

A desigualdade social é um dos fatores que levam um jovem a cometer atos violentos. A situação de carência absoluta de condições básicas de sobrevivência tende a embrutecer os indivíduos, assim, a pobreza seria geradora de personalidades disruptivas. É uma forma de castigar a sociedade que não lhe dá oportunidade.

A influência de grupos de referências de valores, crenças e formas de comportamentos seria também uma motivação dos jovens para cometer crimes, assim o infrator se sente protegido por um grupo no qual tem confiança.

1.3 Tipos de violência

A violência que as crianças e os adolescentes exercem, é antes de tudo, a que seu meio exerce sobre elas. A criança reflete na escola as frustrações do seu dia-a-dia. E, seus tipos podem ser: violência doméstica, violência contra o patrimônio, violência física e violência simbólica.

A violência simbólica é a violência que a escola exerce sobre o aluno quando o anula da capacidade de pensar e o torna um ser capaz somente de reproduzir.

A violência diferencia-se de força, palavras que costuma estar próximas na língua e pensamento cotidiano. Enquanto que a força designa, em sua acepção filosófica, a energia ou “firmeza” de algo, a violência caracteriza-se pela ação corrupta impaciente e baseada na ira, que convence ou busca convencer o outro, simplesmente o agride.

Assim, posso esclarecer melhor outros tipos de violência presentes nas sociedades de todo o mundo: violência psicológica, violência verbal, violência sexual, negligência, o *bullying*, violência nos desportos, assassinato em massa/genocídio, crime organizado, estado/revolução, guerra/guerrilha, terrorismo/vandalismo, violência infantil, violência no trabalho/assédio moral, violência urbana/agressão, vitimologia (psicológico, social, econômico, jurídico).

1.4 – A violência dentro das escolas

Cenas de alunos brigando entre se, agredindo professores ou sendo atacados por profissionais que

deveriam ensiná-los são cada vez mais comuns nas redes sociais e em noticiários da TV, rádio, internet (Whatsapp, Facebook, Twiter e YouTube) entre outros.

Os casos acontecem desde os anos de 1990, quando surgiram as primeiras discussões de especialista sobre o assunto, e estão relacionados com o aumento da criminalidade, principalmente nas grandes cidades, nesta mesma época.

Na última década a violência nas escolas tem preocupado o poder público e toda a sociedade, principalmente, pela forma como esta tem se apresentado, contudo, os registros tornaram-se mais frequentes, além de se tornar notório graça à divulgação na internet. Os vídeos são disseminados, muitas das vezes pelos próprios jovens envolvidos nas agressões, como forma de conquistar status junto aos colegas.

“A escola não é de modo algum o mundo, nem deve ser tomada como tal; é antes a instituição que se interpõe entre o mundo e o domínio primitivo do lar” (ARENDT, 2001).

Muitas de nossas crianças e adolescentes passam por violências, e calados, algumas delas não tem coragem de revelar, outras, por medo da retaliação do agressor. Essa violência entre colegas não é a única. A violência entre professores e alunos também tem crescido. Assustadoramente, a violência de alunos contra professores é a regra agora, e não mais o oposto. A violência não contra um ou outro, mas contra a escola mesmo, em todos os sentidos e modos, também tem aumentado.

Violência: golpes, ferimentos, violência sexual, roubos, crimes, vandalismo. – incivilidade: humilhações, palavras grosseiras, falta de respeito; - violência simbólica ou institucional: compreendida como a falta de sentido de permanecer na escola por tantos anos; o ensino como um desprazer, que obriga o jovem a aprender matérias e conteúdos alheios aos seus interesses; as imposições de uma sociedade que não sabe acolher os seus jovens no mercado de trabalho; a violência das relações de poder entre professores e aluno. Também o é a negação da identidade e satisfação profissional aos professores, a sua obrigação de suportar o absenteísmo e a indiferença dos alunos. CHARLOT apud ABROMOVAY (2002, p. 69).

CONCLUSÃO

O termo violência vem sendo um dos mais debatidos nos meios de midiáticos e acadêmicos, a sua operacionalização é sempre algo complexo. A realidade da escola e os diferentes conceitos de violência exigem mais que urgência promover reuniões, momentos pedagógicos visando descobrir que concepção professores equipes pedagógicas, diretor, alunos e da comunidade escolar possuem em relação ao tema violência e a indisciplina.

Embora, de um lado, isto mostra a complexidade do próprio tema violência, cujas expressões concretas e particulares exigem grande dispersão de tratamento, e de outro lado, entende-se que os estudos sobre violência encontram-se, ainda, em momento inicial de sua produção.

Em fim, os conceitos são variados para o tema violência, embora ela já exista há muito tempo, desde os povos mais antigos, mais só tornou-se motivo de inquietação na época contemporânea.

A violência no ambiente escolar é bem sintomática e, é neste espaço que se deve aprender a trabalhar outros valores e conceitos, pois ninguém nasce violento, e sim, com instintos de sobrevivência, e às vezes agride para conseguir o que deseja e precisa a “lei da sobrevivência”. Não se pode confundir violência com indisciplina. Em geral as demonstrações de violência é uma resposta a um conjunto de situações, como, humilhações em fim tudo aquilo que cause desconforto a pessoa atingida, seja ela o aluno, o professor ou um membro da comunidade escolar.

Sabendo que fora dos muros da escola existem diversos atrativos, possamos dizer assim, que chama a atenção de alguns jovens, principalmente aquele que vem de famílias sem estruturas, é os que estão mais propícios a ser atraídos. Sendo assim, esse ou esses jovens, que podem estar frequentando a escola possam trazer para o ambiente escolar, trazendo também uma grande preocupação para os pais professores, comunidade escolar.

A escola é uma das mais importantes instituições de controle social (Dewey, 2011), sendo responsável por ensinar e regular uma série de comportamentos que, juntamente com outras instituições, podem ou não garantir aquilo que entendemos por coesão social.

Para dar um desfecho final, fica a ideia de que a partir do momento no qual fenômenos discriminatórios deixem de ser silenciados e passam a ser discutidos no

coletivo, para que educadores possam rever seus métodos no âmbito escolar a práticas repressoras, excludentes e punitivas e ganhe uma nova perspectiva, voltada para uma compreensão mais ampla do sistema econômico, político, social e cultural. Devendo assim, devem ser consideradas ao se refletir sobre os currículos a serem implantados na prática docente de forma efetiva, produtiva e significativa.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. RUA, M. G. Violência nas escolas. Brasília: Ed. UNESCO, 2003

_____. **Cotidiano das escolas: entre violências.**

Brasília: UNESCO no Brasil. Disponível em:

<<http://www.ucb.br/observatório/pdf/A%20viol%EAncia%20%.20Escola.pdf>> Acessado em: 13 de Março de 2015.

ARAÚJO, T. G. A. Violência. Disponível em:

<http://www.coladaweb.com/psicologia/violência>. Acesso em: 19 de março de 2015.

ARENDT, H. Entre o passado e o futuro. 5. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

_____. **A condição humana.** 10. Ed. Rio de Janeiro: Forense Unirsitária, 2005.

DEWEY, J. Experiências e educação. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.

FANTE, C. Fenômeno bullying: Como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. Campinas: Verus, 2005

RAMOS, A. K. S. Bullying: A violência tolerada na escola. 2008. Disponível em:
<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/802-4.pdf>. Acesso em: 16 de Março de 2015.

WIKIPÉDIA –
[www.http://pt.wikipedia.org/wiki/viol%C3%A7%C3%A3o](http://pt.wikipedia.org/wiki/viol%C3%A7%C3%A3o).
Acessado no dia 12 de Março de 2015.

WIKIPÉDIA –
[www.http://pt.wikipedia.org/wiki/Racismo](http://pt.wikipedia.org/wiki/Racismo). Acessado no
dia 12 de Março de 2015.

WIKIPÉDIA –
[www.http://pt.wikipedia.org/wiki/Desigualdade_social](http://pt.wikipedia.org/wiki/Desigualdade_social).
Acessado no dia 12 de Março de 2015.

WIKIPÉDIA – [www.http://wikipedia.org/wiki/viol%C3%A7%C3%A3o](http://wikipedia.org/wiki/viol%C3%A7%C3%A3o).
Acessado no dia 12 de Março de 2015.

CAPÍTULO 6

A TRAJETÓRIA DE MARIA DE SOUZA CAMPOS NO MAGISTERIO A PARTIR DE 1930 A 2007

Rinaldo dos Santos Brito⁷

INTRODUÇÃO

Desenvolver um estudo sobre a trajetória de uma educadora comprometida com a educação exige uma compreensão aprofundada de sua atuação no processo ensino/aprendizagem, a partir de uma abordagem sistemática, contribuindo de fonte de informação para profissionais da área da educação. Relembrar o passado é viver e refazer da caminhada entre o passado e o presente tendo como base a investigação dos feitos e fatos em sua temporalidade.

Sabe-se que o professor assume um papel importante no processo educacional, imagina quando se tem uma professora dedicada e comprometida com o ensino, como era Maria de Souza Campos. Dessa forma, toda a classe ganha, seja a escola, o aluno e a própria família, isto é, a comunidade toda é recompensada.

⁷ Professor graduado em Letras – Português-Francês pela Faculdade de Formação de professor de Penedo/AL, em 2000, especialista em Língua Portuguesa pela Universidade Salgado de Oliveira, em 2001, Mestre em Ciências da Educação pela Universidad Interamerica – Paraguai, 2017.

A escolha do objeto de estudo se deu pela importância de estudar a atuação de uma profissional comprometida com a educação. A Professora Maria de Souza Campos exerceu com muita dedicação e presteza o seu trabalho, sendo digno de reconhecimento público, não só na comunidade japeratubense como em outras comunidades sergipanas.

O trabalho desenvolvido pela referida professora no município de Japeratuba, marcado por época, deve ser um referencial para as atuais e futuras gerações profissionais da educação, e também para os demais municípios, deixando exemplos a serem investigados com dedicação, responsabilidade, doação, ética e profissionalismo.

A atividade docente contém as formas de reprodução, resistência, produção de valores e práticas sociais, sendo sua prática um resultado de mediações, ou seja, ela é constituída por determinações. Dessa forma, faz-se necessário entender com amplitude e clareza a importância da atuação da professora Maria de Souza Campos no cenário da educação no município de Japeratuba, de modo que a classe educadora atual tenha conhecimento do seu importante papel, em uma época em que superou dificuldades, visto que se dividia entre ser mulher e profissional.

O objetivo geral da presente delimitou-se a resgatar da maneira local, a dimensão histórica da vida da educadora Maria de Souza Campos (DONA) e sua contribuição para o desenvolvimento sociocultural e educacional do município de Japeratuba, no Estado de Sergipe entre os períodos de 1930 a 2007, buscando contextualizar sua prática docente,

como meio de incentivo para os atuais profissionais da educação.

O problema central para o desenvolvimento desta temática partiu da necessidade de compreender e entender o trabalho de uma educadora comprometida, não só com o aprendizado dos seus alunos, mas, sobretudo, com a preocupação de formar cidadãos conscientes, dignos e responsáveis.

Após dar um enfoque teórico e uma atenção especial a temas relacionados ao conceito e ofício de professor e sua ação em diversos aspectos, abordou-se a questão de gênero e a história de vida propriamente dita, onde se realizou uma pesquisa dentro de uma abordagem qualitativa, obedecendo todos os critérios e procedimentos científicos exigidos para tal fim.

A organização deste trabalho tem como proposta principal o estudo acerca da atuação da Professora Maria de Souza Campos no Município de Japaratuba a partir da década de 30 até o ano de 2007, fazendo uma breve reflexão acerca da sua atuação em Japaratuba.

1. MARIA DE SOUZA CAMPOS COMO OBJETO DE ESTUDO

No presente tópico deu ênfase ao resgate da dimensão histórica da educadora como objeto de pesquisa, visto que contribuiu para o desenvolvimento do município de Japaratuba, pois Maria de Souza Campos atuou em diversos campos como o social, religioso, cultural e educacional e sendo assim, achou-se pertinente que todos estes campos fossem investigados.

O perfil da professora e gestora será devidamente enfocado na estrutura desta pesquisa tendo como base conceitos de perfil da professora, formação docente e papel do gestor e do funcionamento de uma gestão escolar.

1.1. Trajetória Profissional e Pessoal de “DONA”

Maria de Souza Campos conhecida por todos os japatubenses, simplesmente, por Dona, nasceu no município de Capela, Estado de Sergipe no dia 03 de julho de 1919, filha do Pedreiro Aurélio de Souza Campos e da bordadeira Maria José de Souza Campos, família simples, porém marcada pela honestidade de todos os seus atos.

A sua infância foi muito prazerosa. Maria era uma menina agitada, esperta, inteligente, cheia de traquinagem como todas as outras crianças, sobretudo, era estudiosa.

Sua vida escolar iniciou-se na Escola Estadual Coelho e Campos, no município de Capela. Naquela instituição, estudou as primeiras séries do Ensino Fundamental, da qual saiu apta a enfrentar a sala de aula, uma vez que, naquela época, quem tinha a 4ª série era considerado um universitário e, portanto, podia lecionar.

Sua primeira atuação como professora se deu no município de Capela, onde começou a lecionar com apenas 13 anos de idade numa escola particular. Aos 16 anos, em Japaratuba, dava aulas particulares em sua casa para crianças, jovens e adultos nos turnos da manhã, tarde e noite. A partir daí começou a sua trajetória pedagógica.

No início de sua carreira no município de Japaratuba, ministrava suas aulas mais por amor do que

pelo dinheiro, pois cobrava pouco e, mesmo assim, a grande maioria dos seus alunos não pagava, porém, ela não reclamava e continuava sua missão e os pais, por ver seu desempenho e amor com as crianças, pagavam com presentes que não precisava comprar nada, tudo ela ganhava da comida aos utensílios de casa.

Por ser estudiosa e curiosa, ela tinha vontade de aprender cada vez mais e iniciou uma jornada de cursos de aperfeiçoamento, atualização, legislação, administração e outros. Depois, fez o “Madureza”, antigo curso ginasial, isto após ter sido consagrada a melhor professora do município.

Um dia conheceu um jovem de nome Francisco, o popular “Franco”, por quem se apaixonou. Numa festa, quando estava distraída, roubou-lhe um beijo, coisa séria na época.

Com medo dos falatórios e de ter sua reputação manchada pelo ocorrido, Maria resolveu fugir com Franco para Japarutuba, onde casou e foi morar no sítio Camarões tendo que enfrentar uma vida repleta de dificuldades para garantir a sobrevivência. Lá fez de tudo. Plantou, cortou capim, lavou e gomou roupas de várias famílias, chegando até a tirar leite. Aceitava, sem vaidade, qualquer tipo de trabalho que aparecesse.

Com o passar dos anos, veio morar na sede do município. Sua casa sempre foi a mesma situada na Rua Donaciano Correia, nº 202. Vendo-se com poucos moveis e muito espaço livre em sua casa, resolveu realizar um sonho que nutria há muitos anos: ensinar crianças a ler e escrever.

Em 1976, cursou o magistério, em regime especial, também em Capela, depois outros cursos de extensão e aperfeiçoamento, sendo ela, na época, a maior portadora de certificados do município.

Com o novo grau de estudo, continuou no magistério, agora, com uma nova formação, uma visão ampliada de ensino e, com sua vocação, amor e dedicação e vontade de transmitir o que aprendera, Maria não mediu esforços para contribuir cada vez mais com o desenvolvimento do município. Além de achar o ofício de professor a profissão mais bonita e gratificante do mundo.

E assim sua fama foi crescendo em tamanha proporção que sua modesta casinha ficou pequena para a demanda de sua clientela. Passou a atender sozinha a mais de 200 crianças sentadas em bancos, tamboretas e escreviam no colo, pois não tinha nenhuma estrutura. Essas pessoas são, hoje, mestres, doutores do município de Japaratuba. Além de formar também escritores, poetas, defensores da cultura local, e, em sua grande maioria, professores competentes.

Mesmo com toda sua fama, seu trabalho não era reconhecido oficialmente. O aluno quando chegava ao final da 4ª série tinha que prestar um exame em uma escola oficial, que na época era a Escola Estadual Senador Gonçalo Rollemberg, na qual estes alunos faziam sucesso com notas surpreendentes e com isso conseguiu fundar uma escola que recebeu o nome de Educandário Santa Terezinha, a qual funcionou alfabetizando jovens e adultos até o dia do falecimento de sua fundadora. O atendimento de alfabetização de jovens e adultos era uma forma de

ajudar esses indivíduos que não tiveram condições de frequentar a escola em período normal.

Aos 81 anos, Maria de Souza Campos saía todas as noites de sua casa para alfabetizar mais de 50 alunos com idades e realidades diversificadas. Mesmo com sua idade avançada, mas com uma lucidez invejável, Dona dava conta dos seus alunos com tranquilidade, pois era onde se sentia realizada e feliz. Era nesse momento que ela sentia que cumpria sua obrigação com o desenvolvimento educacional do município.

Dona honrou com seus compromissos e contribuiu não só com a educação do município, mas também com o enriquecimento cultural, religioso e social. Porém, por ser muito simples, nada tem escrito ou publicado. Nunca fez propaganda do que escrevia como: literaturas de cordel, poesias, trovas, apenas apresentava o que fazia em eventos da cidade. Todos dos desfiles cívicos o “Educandário de Dona” como era conhecido, tinham apresentações de seus alunos como poesias sobre o município, cordéis e ao final das apresentações, seus alunos cantavam todos os Hinos: Nacional, de Sergipe e de Japaratuba. Onde hoje só é cantado o Hino Nacional.

Sendo sua escola, a instituição mais respeitada do município, Maria de Souza Campos declarava que o que fazia era apenas por amor. “Faço por que gosto e vejo no meu trabalho a coisa mais importante do mundo que é educar”. Diante dessa declaração percebe-se que tudo o que ela fazia, transbordava amor, carinho, responsabilidade e lealdade. Contudo, outra declaração leva a uma reflexão: “O professor naquela época era de fundamental

importância, pois era considerado um conselheiro, advogado e até mesmo um juiz entre as famílias”.

Portanto, reconhecendo sua competência, em 1968, o então prefeito Afonso de Oliveira Souza criou um Grupo escolar e deu a este o nome de “Grupo Municipal Escolar Marechal Ademar de Queiroz”, localizada na Praça Nações Unidas, S/N, na época a região onde fora construída a escola, era considerada periferia. Para lecionar e gerir a instituição, o prefeito designou essa responsabilidade a Maria de Souza campos que a cumpriu com afinco.

A partir desse momento, Dona não era só professora e diretora. Ela se multiplicava em várias funções. Era merendeira, porteira, zeladora, catequista regente de coral, entre outras atividades. Suas multifaces beneficiavam a população.

Seu trabalho era de tamanha magnitude que não se resumia apenas a educação, se estendia pelas mais variadas esferas do conhecimento mundano. Dona fazia um trabalho de catequese na própria escola ensinando a acompanhar uma missa, rezar o santo ofício, caso houvesse velório, ensinava também a rezar novenas, acompanhas os cantos de um enterro e seus alunos a acompanhavam nas missas dominicais e demais festividades religiosas do município. Por sua religiosidade, Dona cantava no Coral Imaculada Conceição (regido por professor Plínio – in memorian).

A arrumação da igreja para as festividades religiosas ficava por sua conta. Ela fazia tudo com muito prazer, inclusive ajudava no clube de mães ensinando as jovens do local a bordar e costurar.

Por sua fé incondicional, ela também era rezadeira. Rezava contra mau-olhado, espinhela caída, engasgo, erisipela, pancada, dores de cabeça, etc. e assim, por sua diversidade e comprometimento com o que fazia, recebia muitos convites para ser madrinha dos recém-nascidos dos pais de alunos, de filhos de antigos alunos e filhos de funcionários.

As novenas de Santo Antônio, nunca mais serão as mesmas neste município, pois ela acompanhava a trezena em todas as residências da cidade com seus alunos cantando e louvando ao santo protetor de muitas casas. Ela levava seus alunos para ajudá-la a cantar os hinos e, seus antigos alunos, já adultos também a acompanhavam pelo respeito e pelo carinho. Isso também ocorria nas novenas de São José, São João e Santa Luzia todos os anos ela já sabia quais as casas dos devotos e no horário adequado ela chegava para rezar.

Ainda tratando de sua sede de descobertas e de sua vontade de inovar e fazer desenvolver a cidade. Ela cria um Grupo Folclórico dentro da escola com seus alunos e o denomina Maracatu do Pavão Dourado. O grupo Folclórico perpetuou até o dia de seu falecimento. Atualmente, alguns ex-alunos resolveram recriar o grupo para continuar levando o legado de Maria de Souza Campos ao conhecimento das futuras gerações japaratubenses. Além do Maracatu, no qual ela compunha os cantos e tocava o pandeiro, ela também criou na escola a quadrilha Chuva de Prata, que por muitos anos ganhou troféus em apresentações mirins nas festividades juninas do município. As roupas tanto do maracatu quanto da quadrilha eram

confeccionadas por ela e por ex-alunas do educandário que nunca a abandonaram.

Sua boa vontade em ajudar os mais necessitados, de fazer o seu trabalho com maestria, o seu dom de ajudar, de crescer e fazer seus alunos crescerem intelectualmente, religiosamente, culturalmente e socialmente.

Dona era e sempre será lembrada como sinônimo de civismo, religiosidade, cultura e aprendizagem. Ela não teve filhos biológicos, apenas um adotivo, mas abraçou a comunidade de Japaratuba como se fosse a mãe de todos, atendendo-os no que fosse preciso. Sempre apostos, ela nunca deixou os seus “filhos” na mão.

Nunca haverá alguém com tamanho coração e um legado tão rico em bondade, competência, cooperativismo e compaixão quanto ela. Por isso seus alunos dizem que ela é a “Dona do coração de Japaratuba”

1.1.3. Histórico da Escola Municipal Maria de Souza Campos

Com base em afirmações feitas mediante questionário aplicado na entidade, a Escola Municipal Marechal Ademar de Queiroz, localizada na Praça Nações Unidas, S/N, no município de Japaratuba no estado de Sergipe, foi fundada no ano de 1967 e construída na gestão do Perfeito Afonso de Oliveira Souza, que preocupado com a formação de seus munícipes e tendo em vista a necessidade de uma escola municipal para atender a demanda estudantil do local, já que o mesmo só dispunha de uma escola sendo esta estadual, o prefeito se reuniu com o presidente da Petrobrás e firmaram uma parceria.

A partir dessa parceria, iniciaram-se as obras e no dia 1º de agosto de 1968 foi inaugurada recebendo o nome de “Marechal Ademar de Queiroz” em homenagem ao presidente da Petrobrás, que assim se chamava. A escola recebeu como primeira diretora a professora Carmem Menezes Góis que assumiu o cargo durante três meses e, por necessidade de aprimorar seus conhecimentos, afastou-se da direção passando seu posto para a professora Maria de Souza Campos que na época lecionava na instituição, assumindo o cargo, DONA, como é conhecida, permaneceu na direção até os últimos dias da sua vida.

A escola foi construída com apenas duas salas de aula que funcionavam com o multisseriado e teve como professoras Carmem Menezes Góis e Maria de Souza Campos, ambas com o nível escolar fundamental incompleto. Já em 1970 a escola sofreu uma reforma ganhando mais duas salas ocorrendo a separação de séries, recebendo assim, mais três professoras: Maria José Teles, Maria Lúcia Alves e Cenira do Nascimento dos Santos que também não haviam completado seus estudos e tinham apenas o ensino fundamental incompleto. A instituição também dispunha, em seu quadro de funcionários de uma merendeira e uma auxiliar de serviços gerais e atendia a aproximadamente 200 alunos matriculados inicialmente.

No ano de 1974, outra reforma foi feita construindo mais cinco salas de aula, 2 banheiros com nove boxes, uma cantina e uma diretoria.

Em 2004 foi implantado o ensino fundamental completo. Hoje a escola oferece 800 vagas divididas entre a 1ª e a 8ª séries sendo quatro turmas de 1ª série e em mesma

quantidade da 2ª série, três turmas direcionadas a 3ª série na mesma proporção para a 4ª série. Dispõe também de duas turmas de 5ª série, uma de 6ª e em quantidade igual para 7ª e 8ª séries, funcionando nos três turnos, oferecendo no turno da noite, duas turmas de EJA, uma que funciona de 1ª a 4ª série e outra de 5ª a 8ª série.

Atualmente, a escola atende à 800 alunos, acomoda 64 funcionários, sendo 34 professores, 1 diretor e 1 vice-diretor, 1 secretário e 1 coordenador, 7 auxiliares administrativos, 13 auxiliares de serviços gerais e 4 vigias. Em 2006, a escola passou por mais uma reforma para melhor acolher seus discentes e funcionários.

Após a reforma, a instituição recebeu o nome de “Escola Municipal Maria de Souza Campos” em homenagem a sua diretora conhecida por todos como “Dona”. A mesma exerceu o cargo até seus últimos dias de vida.

O número de habitantes residentes nas comunidades atendidas pela unidade de ensino está em torno de 2.500 (dois mil de quinhentos habitantes) pertencentes às classes C e D. As famílias, em sua maioria, são formadas por uma média de 06 indivíduos, muitas dessas famílias apresentam problemas de desestruturação familiar e social.

1.1.4 A atuação da professora/gestora

Além de educadora, Maria de Souza Campos, também exerceu o cargo de gestora na Escola Municipal Maria de Souza Campos.

Sendo a gestão entendida como a somação de esforços de todos os envolvidos para o alcance de objetivos comuns, contemplados numa política pública de ação e orientados por uma filosofia inspiradora, traz uma ampliação do seu sentido, com perspectivas que envolvem aspectos administrativos, físicos, pedagógicos e sociais, com ênfase na escola como local de construção da cidadania.

Neste sentido, o professor gestor colabora com a sua ação do particular para o coletivo, enquanto pessoa privada e pública, exercendo sua própria cidadania. Desta forma pergunta-se: será que o objeto de pesquisa tinha as características de um professor gestor? De que forma ela demonstrava estas características? Pode-se dizer que Maria de Souza apresentava essas características.

O professor gestor tem a função primordial de exercer seu papel de forma a atender as necessidades de todos os que estão sob sua influência, fazendo do seu trabalho, uma forma de mobilização coletiva em busca mudança, inovação, quebrando paradigmas, para a construção de um mundo melhor, educando para um novo mundo possível.

Este é, portanto, um dos primeiros desafios encontrados pelo professor gestor: permitir que seu trabalho seja questionado, dividir competências, responsabilidades e compartilhar decisões. Dessa forma, poderá transformar a democracia em policracia, onde o poder se encontra dividido entre todos os que fazem parte e compartilham de objetivos para a obtenção do bem comum.

Pode-se afirmar que o professor gestor deve ter uma visão ampliada da escola, teve ter o entendimento de que toda ação sua corresponde a uma reação ou um resultado na escola. Deve ter a visão do gestor escolar, percebendo a escola em sua totalidade.

Comparando professor gestor e líder, nota-se que nos dias atuais, outro ponto de extrema importância para que o professor gestor obtenha sucesso, é exercer sua condição de liderar, comandando e orientando eficazmente qualquer tipo de ação ou linha de ideias, demonstrando habilidade para mobilizar outras pessoas e fazer com que elas caminhem de encontro a determinado objetivo, reduzindo relações manipulativas, diminuindo a dependência vertical aluno/professor, professor/direção, aumentando a interação horizontal, criando um clima harmônico em sala de aula, onde todos assumam responsabilidades, permitindo a participação de alunos e professores nas decisões.

O professor gestor deve estar aberto a negociações no âmbito da escola para resolver conflitos, definir regras com o grupo, compartilhar decisões coletivas:

“O professor aberto a negociações não abandona nem seu status, nem suas responsabilidades de adulto e de mestre. Não instaura a autogestão, mas antes, para dizê-lo com uma pitada de provocação, o equivalente de uma “monarquia constitucional” constantemente reversível”. (PERRENOUD, 2000, p. 150).

Além dos saberes adquiridos na sua formação docente, o professor gestor deve ir além e entender de tudo, pelo menos um pouco, deve ser multifuncional, interdisciplinar e contextualizador do ensino.

Há um longo caminho a ser seguido por todos aqueles que compõem a escola, na procura das quatro aprendizagens fundamentais, buscando a compreensão do todo para poder agir ativamente, exercitando a solidariedade, a colaboração e a participação para chegar a objetivos comuns, e só assim, tendo o homem se preparando inteiramente, dentro de uma visão holística e integral, estaria apto a definir seu próprio destino e decidir sobre o destino da sua prática, de sua profissão e de sua formação.

Nesta caminhada, as incertezas estariam sempre presentes:

“Seria preciso ensinar princípios de estratégia que permitiriam enfrentar os imprevistos, o inesperado e a incerteza, e modificar seu desenvolvimento, em virtude das informações adquiridas ao longo do tempo. É preciso aprender a navegar em um oceano de incertezas em meio a arquipélagos de certezas” (MORIN, 2000, p. 16).

A educação é um dos pilares capaz de quebrar barreiras, contudo, o professor deve estar preparado para saber enfrentar os desafios aos quais é submetido diariamente no processo educacional.

O art. 2º da lei 9.394/96 diz que “a finalidade da educação é o pleno desenvolvimento do educando”. A educação deve ter como fim principal desenvolver capacidades nos indivíduos para que estes aprendam e se auto realizem. É preciso que profissionais conscientes executem a tarefa. É preciso alguém comprometido com a formação integral de seus alunos e com a interação destes com sua família e com a comunidade, vendo no erro do seu discípulo uma fase de transição entre o não saber e ser capaz de saber. Esse profissional é o ensinante, o educador.

Aquela figura humilde, comprometido com seu trabalho, que se relaciona bem dentro e fora da escola, que possui discernimento na sua práxis, e que acima de tudo ensina por vocação como ideal de vida, é o ensinante, o educador.

Arroyo diz que “o que somos como docentes e educadores depende do reconhecimento social dos tempos da vida humana que formamos”. (2004, p. 32) [...] “Ser mestre, educador é um modo de ser e um dever-ser”. (2004, p. 42).

Paulo Freire falava que a relação pedagógica tanto pode humanizar quanto desumanizar.

Arroyo (2004) diz que:

“As artes de instruir e educar, de colocar os saberes e competências técnicas e científicas acumuladas pelo ser humano a serviço do desenvolvimento, da autonomia, da emancipação e da liberdade e igualdade, enfim dos valores humanos é nossa arte”. (ARROYO, 2004, p 82).

São as formas de fazer educação do educador, através das informações, heranças, memória coletiva, valores, imagens do ser humano humanizado ou não e da sociedade são transmitidas. Portanto, durante a pesquisa ficou perceptível que o objeto desse estudo, Maria de Souza Campos, exerceu seu papel de educadora e ensinante em Japaratuba com muita dedicação e competência.

Tudo o que Maria de Souza Campos projetava, ela colocava em prática e tinha total apoio dos seus professores, alunos e demais funcionários da escola que a ajudavam com toda alegria e disposição.

De acordo com alguns de seus ex-alunos que foram entrevistados, o marco maior que deixa muitas lembranças das tradições da escola são os desfiles cívicos onde seus alunos cantavam todos os hinos (nacional, Sergipe e Japaratuba) e ainda recitavam poemas criados pelos próprios alunos. Além de apresentação de jogral sobre o dia da Independência e homenagens ao gestor municipal.

Seus alunos acompanhavam todo o cortejo religioso alusivo com uma organização ímpar. Uns carregando belos ramalhetes de flores, outros fardados formando perfeitas filas com distâncias milimetricamente definidas.

Atualmente tudo o que foi construído por ela na escola se dizimou e nada mais existe. Em sua época de diretora, os alunos, ao entrar na escola, tinham que rezar o Pai Nosso, Ave Maria e Santa Maria, além do Credo e Salve Rainha. Após as orações tinham que cantar os hinos Nacional, de Sergipe e de Japaratuba.

Antes de entrar na sala todos os alunos tinham que responder a tabuada que era sabatinada pela própria diretora.

Os pais e avós dos alunos, que hoje estudam na referida instituição, recordam de tudo o que aprenderam e que seus filhos e netos nunca aprenderão e falam que sentem falta daquela disciplina que dava certo.

Alguns alunos, de tanto escreverem poemas para as apresentações escolares na comunidade, se tornaram exímios escritores e, alguns deles, com cordéis e livros escritos e publicados. Outros, de tanto participar de dramatizações e apresentações folclóricas, desenvolveram o gosto pela dança e pela arte dramática/teatral. Alguns desses alunos admiravam tanto o potencial dessa gestora que optaram por estudar e exercer a mesma profissão de sua mestra e tornaram-se professores.

Uma geração mais jovem optou por outras profissões e hoje são advogados, enfermeiros, engenheiros, etc.

Mesmo buscando caminhos diferentes e profissões distintas, eles dizem que os ensinamentos os ajudaram a ser mais persistentes e a forma como ela trabalhava o potencial dos seus alunos, foi fundamental para a aprendizagem significativa da leitura, escrita e interpretação.

CONCLUSÃO

O presente trabalho visou ampliar os conhecimentos acerca da importância de conhecer o crescimento gradativo da educação, bem como seus ranços e avanços.

Em concomitância, tem-se uma história de amor com a educação que se revelou na mesma década em que o país ganhava credibilidade na educação. Onde as mulheres tinham espaço limitado e onde o progresso educacional ainda era precário no que tange ao setor público.

Em um misto de mudanças de leis, decretos e constituições, Maria de Souza Campos, ao começar seus estudos despertou uma vontade imensa de lecionar e aos 13 anos iniciou sua jornada de trabalho em sala de aula fazendo o que lhe dava prazer que era alfabetizar.

Assim como as lutas por novos rumos para a educação brasileira, Dona lutou muito para conseguir seu espaço como professora. Da mesma forma que a educação pública era algo difícil nas capitais, nos municípios pequenos nordestinos, eram ainda mais difíceis.

Por volta dos anos 60 as coisas foram melhorando com as inovações nas leis que regiam a Constituição Federal e surgiam, ali, a necessidade de leis que fossem feitas para priorizar o ensino público. Contudo, para as cidades pequenas, o ensino chegava muito devagar e precário.

Vendo em Japaratuba uma comunidade com um índice de analfabetismo em constate crescimento, Dona resolve dar aulas particulares e assim, inicia uma jornada que, nem mesmo ela, sabia que renderia tão bons frutos.

Sua clientela crescia cada dia mais, porém, a falta de leis que protegiam o ensino particular fazia com que as escolas só aceitassem os alunos por ela ensinados através de uma prova de seleção para saber se estavam realmente aptos para cursar colegial.

Enfim, é partindo dessas lutas travadas tanto pela legislação educacional, quanto por Maria de Souza Campos que este trabalho voltou sua atenção.

Ao tratar do perfil do professor na década de 30, trata-se também do preconceito quanto ao gênero, uma vez que naquela época, poucas, ou quase nenhuma mulher se atrevia a querer cursar o magistério, pois, as escolas eram criadas para ensinar a homens. Mesmo assim, ela não se intimidou e depois de algum tempo deu sequência aos seus estudos. Mesmo com seus esforços, o quadro de mulheres em sala de aula ainda era pequeno.

Quanto a postura do professor gestor, toda a sua trajetória educacional foi regida pela divisão e unificação de funções. Dona era professora e gestora ao mesmo tempo e ainda separava suas noites para alfabetizar adultos em seu educandário.

Portanto, os resultados obtidos durante a pesquisa permitem concluir que Maria de Souza Campos desempenhou com muita dedicação e presteza seu trabalho, deixando um legado que servirá de exemplo para professores e gestores da atualidade, assim como esta, comprometidos com a educação.

Considerando os resultados obtidos com a pesquisa descrita, por certo poderá servir de base para que futuros trabalhos sejam realizados, mostrando a história de vida de personagens ilustres, seus feitos e sua importância para o desenvolvimento educacional e sociocultural da localidade onde estão inseridos.

REFERÊNCIAS

ARENT, Marion (2001). *Mulheres em cargos de chefia* In: Marlene Neves Strey (Org.) *Mulher. Estudos de Gênero*. São Leopoldo: UNISINOS.

ARROYO, Miguel G. (2004). *Ofício de Mestre: Imagens e Auto-Imagens*. Petrópolis, RJ: Vozes.

BRASIL, Constituição (1988). *Constituição. República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal. Centro Gráfico.

BRASIL, (2004). *Ministério da Educação. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento ao Ensino Fundamental e Valorização do Magistrado - FUNDEF*. Manual de Orientação. Brasília Maio.

BRASIL, (2004). *Confederação Nacional dos Municípios*. Caderno do Conselho do FUNDEF. Brasília

BRASIL. (2001). *Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Plano Nacional de Educação. Brasília: MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

BURGESS, Robert G. (2001). *A Pesquisa de Terreno: Uma Introdução*. Oieras: Editora Celta.

CARVALHO, Maria Eulina. PEREIRA, Maria Zuleide da C. (2003). *Gênero e Educação: múltiplas faces*. João Pessoa: Editora Universitária.

CHARTIER, R. (1996). “*A visão do historiador modernista*”, IN: FERREIRA, M. e AMADO, J. (org.) Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora da FGV, pp. 215 -224.

CHAUÍ, M. (1999). *A universidade em ruínas*. In: TRINDADE, H. (Org.). *Universidade em ruínas na república dos professores*. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: CIPEDES.

CHAUÍ, M. (1990). *Cultura e democracia*. São Paulo: Cortez.

CHAUÍ, M. Apresentação – Os trabalhos da memória. In: BOSI, E. *Memória e sociedade – lembranças de velhos*. 9. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CURY, C.R.J . (1997). *Reforma universitária na nova lei de diretrizes e bases da educação nacional?* Cadernos de Pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. n. 101, p. 3-19

CURY, C.RJ . "*Apresentação*", In: CURY, C.R.J. (2001) LDB: lei de diretrizes e bases da educação. Rio de Janeiro: DP&A.

FELIX, Loiva Otero (1998). *História e Memória: a problemática da pesquisa*. EDIUPF

FREIRE, Paulo. (1983). *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

GADOTTI, Moacir (1993). *Organização do trabalho escolar: alguns pressupostos*. São Paulo: Editora Ática.

GUIMARÃES, Marilene Silveira. (2001). *A igualdade jurídica da mulher*. In: Marlene Neves Strey (Org.) *Mulher, estudos de gênero*. São Leopoldo: UNISINOS.

GRAMSCI, A. (1982). *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

HALBWACHS, Maurice. (2004). *A memória coletiva*. São Paulo. Ed. Centauro.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Disponível em

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=280330>
Acesso em 15 de março de 2017.

LAVILLE, Christian. DIONNE, Jean. (1999). *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Editora Artmed.

LE GOFF, J. (1992), *História e memória*. Campinas: EdUnicamp.

MONTENEGRO, Antônio Torres. (1992). *História Oral e Memória*. (A cultura popular revistada) São Paulo. Contexto.

MORIN, Edgar. (2003). *Os sete saberes necessários a educação do futuro*. São Paulo: Cortez.

NUNES. Maria Thetis. (1984). *História da Educação em Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju; Secretaria de Educado e Cultura do Estado de Sergipe: Universidade Federal de Sergipe.

NÓVOA (Org.).(1992). *Os Professores a sua Formação Lisboa*: Publicações Dom Quixote Instituto de Inovação Educacional.

PERRENOUD, Phelippe (2000). *10 Novas competências para ensinar*. Porto Alegre: Editora Artmed.

PERRENOUD, Phelippe (2002). *A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica*. Porto Alegre: Editora Artmed.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. (1998). *História da Educação do Brasil (1930/1973)*. Petrópolis: Editora Vozes.

SANTOS, Elza Ferreira. (2006). *Mulheres entre o Lar e a escola: os porquê*: do Magistério. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa. Dissertação de Mestrado.

CAPÍTULO 7

A IMPORTÂNCIA DA AQUISIÇÃO DA LEITURA E ESCRITA NA CONTEMPORANEIDADE

Maria Telma Vieira de Sousa Tavares⁸

INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é ajudar formar sujeitos incansáveis do conhecimento num processo de formação das futuras gerações e descrever sobre a importância e fazer uma análise das dificuldades diagnosticadas nos alunos, dos anos iniciais da educação básica, no processo de desenvolvimento e formação na construção da leitura e escrita. Esses problemas são frequentes e afetam todo campo de aprendizagem das crianças, ao ponto de serem necessárias algumas adaptações no ensino para que o aluno possa vir a diminuir, a sua desvantagem em seus estudos e em sua vida social.

⁸ Graduada em Pedagogia e Ciências Contábeis ambas pela Universidade Estadual de Alagoas-UNEAL; Especialização “*lato sensu*” em Formação para a Docência pela Fundação Educacional Jayme de Altavila-FEJAL/CESMAC; Especialização “*lato sensu*” em Planejamento Tributário pela Universidade Federal de Pernambuco-UFPE; Mestra em Ciências da Educação: Formação Educacional, Subjetividade e Interdisciplinaridade pela Universidade Interamericana. E-mail: telma@contabilizesantana.com.br

As dificuldades na leitura e escrita são resultantes de várias causas visíveis que pode ser extrínsecas. Existem causas que são visíveis e causas que não são visíveis, criando-se os obstáculos para o progresso escolar das crianças.

Deve-se, portanto, despertar o prazer pela leitura através de diversas fontes bibliográficas, contribuir para a reflexão crítica no processo de socialização, através da interação família e escola, potencializar o processo de leitura com relação a educação e multimídias e transformar a simples informação em interesse pelo conhecimento, formando cidadãos preparados para a ciência tecnológica.

A leitura, tanto quanto a escrita, consiste em atividades bastante intrínsecas. Nesta perspectiva, não há como falar de leitura sem falar de escrita ou vice-versa. (FERREIRO, 1992, p.79).

Tendo a leitura e a escrita como aquisição fundamental para as aprendizagens posteriores, esta passa a ser um meio, em vez de um fim. Os problemas específicos na suma aquisição são obstáculos para o progresso escolar e para a vida em sociedade.

As dificuldades vistas e específicas, como se referem às causas que estão escondidas é uma dificuldade isolada, que aparecem na escrita e leitura e são relacionadas com a linguagem oral e escrita do ser humano e as mesmas aparecem nas atividades diárias na escola e fora dela.

As crianças são capazes de demonstrar essas situações sem culpa de fazer isso, as crianças abandonam a hipótese silábica, e começam a reconstruir o sistema de

escrita sobre bases alfabéticas. Mas antes de fazê-lo tratarão de toda maneira de conservar os esquemas, assimilar teóricos que tanto trabalho lhes custou construir. (FERREIRO, 2003).

No estágio alfabético, a criança compreende que a escrita mapeia a fala e, portanto começa a escrever como fala. A partir desse momento a criança pode começar a aprender as regras de posição. A memorização da forma ortográfica das palavras envolve um grande esforço como parte da aprendizagem do sujeito aprendente de linguagem.

Diferenciar a atividade de desenhar da atividade de escrever é importante porque a escrita para as crianças pequenas recupera o que se pode desenhar: o nome do objeto desenhado. Esta ideia também lhe serve para interpretar os textos que aparecem acompanhados de imagens. A escrita por si mesma não é suficiente para garantir o significado e por isso as crianças costumam desenhar antes de escrever.

(...) A leitura de mundo precede a leitura da palavra, (...) a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo, mas por uma certa forma de “escrevê-lo” ou de “reescrevê-lo”, quer dizer, de transformá-lo através de nossa prática consciente. (Freire, 1989, p. 11 e 20).

É necessário identificar as dificuldades de leitura e escrita em sala de aula, para desenvolver uma aquisição saudável de aprendizagem na escrita e na leitura. Os problemas de dificuldades na leitura e escrita tem sido pauta nos grandes discursos da educação. O transtorno de

desenvolvimento no aluno manifesta-se através de uma leitura oral lenta e atropelada por bloqueios, omissões, interrupções, distorções, correções e substituições de letras e palavras. A identificação da dislexia costuma acontecer em torno dos sete anos de idade, nos primeiros anos do ensino fundamental cabem aos professores do século XXI, estar atentos e capacitados para através da observação diária, saberem conduzir essas deficiências, a intervenção é necessária para a solução do problema. Se for um caso mais grave a criança deve receber tratamento especializado, mas o olhar do professor é indispensável na luta para a aquisição de uma leitura e escrita competente e sadia.

Existem causas que são visíveis e causas que não se observam nas dificuldades de aprendizagem da leitura e escrita. Por conseguinte, é necessário cuidado para diagnosticar através de atividades curriculares e sociais as dificuldades gerais da leitura e escrita, levando-se em consideração as causas que muitas das vezes não são visíveis, como por exemplo, nível intelectual diminuído, escolaridade inadequada ou interrompida, criando desvantagem socioeconômica e problemas emocionais.

As crianças de classe social inferior possuem (...) um vocabulário básico exatamente igual a de qualquer criança, dominam dialetos que são sistemas linguísticos perfeitamente estruturados, possuem a mesma capacidade para a aprendizagem conceitual e para o pensamento lógico. (SOARES 1996. p.45).

Conscientes disso, as instituições de ensino devem desenvolver uma proposta pedagógica inovadora a partir da

realidade do aluno respeitando o meio em que está inserido e seus conhecimentos prévios. Daí cabe a escola nivelar os processos de planejamento no ensino aprendizagem, de leitura e escrita, num movimento diferente do passado, onde era suficiente ler para responder questões de interpretação, repassar a gramática, fazer redação e entregar ao professor. Esses são processos que afastam cada vez mais os novos sujeitos dos espaços escolares, já não é qualquer tipo de leitura que serve para os novos alunos aprender, eles querem aprender com sentido, para fazerem uso do que aprenderam na escola e principalmente no mundo que os cercam. Podemos ver que, com relação aprender a ler e depois aprender a escrever, aos poucos a criança vai descobrindo e denominando as formas de juntar “letras” para criar palavras e vai, conseguindo, escrever o que ouviu ou pronunciou, e mesmo “inventar” palavras, convém lembrar que ler e escrever são aptidões naturais, são formas de comunicação da língua desenvolvida em determinadas sociedades que dependem de uma aprendizagem contextualizada que venham do real.

1. OS DIVERSOS USOS DA ESCRITA E DA LEITURA NA SOCIEDADE

O aprendizado da leitura escrita, produto cultural constituído ao longo da história da humanidade, um processo iniciado muito antes da primeira vez que o professor coloca um livro e um lápis na mão de uma criança e mostra como se ler e escrever. (FERREIRO, 1999) afirma que o fracasso na escrita e leitura nas séries iniciais da vida

escolar atinge de modo perverso apenas os setores marginalizados da população.

É muito importante o conhecimento pedagógico no processo cognitivo da aprendizagem da leitura e escrita, porque ele pode alertar a atuação contra práticas pedagógicas que inibem o desenvolvimento de estratégias adequadas para processar e compreender textos. O professor deve tomar atitudes, pois nos dias de hoje, ser alfabetizado, é mais que ler e escrever, têm que ser com sentido compreendido e revelador. Condição suficiente para responder adequadamente às demandas da sociedade.

A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá a pessoa a possibilidade de participar ativamente na vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social. (DALLARI, 1998, p.14).

É preciso ser capaz de não apenas decodificar sons e letras, mas entender os significados e usos das palavras em diferentes gêneros e contexto social. Nos dias de hoje, ser alfabetizado, isto é, saber ler e escrever, tem se revelado condição insuficiente para responder adequadamente às demandas contemporâneas. Há alguns anos, não muito distantes, bastava que a pessoa soubesse assinar o nome, porque dela, só interessava o voto. Hoje, saber ler e escrever de forma mecânica não garante a uma pessoa interação plena com os diferentes tipos de textos que circulam na sociedade. É preciso ser capaz de não apenas

decodificar sons e letras, mas entender os significados e usos das palavras em diferentes contextos. Ter que ser letrado saber com clareza o que esta escrevendo e lendo.

A compreensão social da leitura dá-se na medida dessa percepção. Pois bem, na medida em que ajudo meu leitor, meu aluno, a perceber que a leitura é fonte de conhecimento e de domínio do real, ajudo-o a perceber o prazer que existe na decodificação aprofundada do texto. (VARGAS, 2000, p. 7-8).

Enfim, nos dias atuais, o conhecimento é uma das "ferramentas" para se conquistar oportunidades de trabalho e renda. Dentro desse quadro de exigência compete aos educadores, a responsabilidade de fazer com que seus alunos se interessem pela leitura e pela escrita numa compreensão de uso e interpretação da escrita e do que está sendo lindo.

O processo de leitura e escrita na era digital pretende promover uma reflexão sobre leitura e escrita mediada nas tecnologias digitais contemporâneas, no processo de ensino aprendizagem dos alunos. É o novo leitor virtual. É um leitor diferente, não segue as sequências de um texto, escreve palavras com menos letras.

Em uma sociedade onde as mídias ganham cada vez maior importância, principalmente aquelas relacionadas à difusão das imagens, o papel da leitura e da escrita parece sofrer uma modificação. (ROCHA, 2008, p. 3).

A escola atual usa a tecnologia como recursos pedagógicos, como mediador, criando o mundo de leitura e escrita no mundo da imagem e no discurso online, são novas possibilidades de usos da linguagem e da escrita, fortemente marcada pela presença da tecnologia. Vem constituída essa relação entre alunos e professores, visto que, todos estão ao mesmo tempo tornando-os leitor virtual no mundo globalizado.

Frente a isso é preciso que a escola adote essa nova postura, adotando em seu planejamento pedagógico o processo de ensino aprendizagem em leitura e escrita nas tecnologias contemporâneas. Compreendo como um novo desafio no processo de leitura e escrita.

1.1 Leitura e escrita na formação social do indivíduo

O ato de ler é imprescindível ao indivíduo, porque oferece a inserção do mesmo no meio social e o caracteriza como cidadão participante. A leitura e escrita aprende-se antes de entrar na escola, nas situações do dia a dia com a família e na sociedade. Nos primeiros anos de escolarização o discente precisa ser incentivado e instigado a escrever e ler, de modo que se torne autônomo e criativo no processo de formação da escrita e da leitura.

A leitura é o caminho para ampliação da percepção do mundo à nossa volta. Quanto mais um indivíduo lê mais integrado com o seu meio estará. A leitura é feita de diversas formas, uma das principais é a utilizada pela escrita, onde pode ser observável através de livros, revistas,

jornais, entre tantos outros dos quais se utilizam símbolos reconhecíveis por uma determinada sociedade.

É uma necessidade cada vez maior no mundo globalizado que os indivíduos aprendam desde cedo a compreender amplamente o seu meio e, para tanto, é necessário que os mesmos desfrutem de mecanismos que possibilitem essa façanha. O professor, juntamente com os pais tem que ter consciência da parceria que deve existir entre si.

Ato de ler é incompleto sem o ato de escrever. Um não pode existir sem o outro. Ler e escrever não apenas palavras, mas ler e escrever a vida, a história. Numa sociedade de privilegiados, a leitura e a escrita são um privilégio. Ensinar o trabalhador apenas a escrever o nome ou assiná-lo na carteira profissional, ensiná-lo a ler alguns letrados na fábrica como perigo, atenção, cuidado, para que ele não provoque algum acidente e ponha em risco o capital do patrão não é suficiente... Não basta ler a realidade. É preciso escrevê-la. (GADOTTI, 2000 p.14).

Reconhecer que é necessário desde cedo à leitura ao indivíduo. A escola tem que adotar o método de inserção da leitura desde anos iniciais e que os pais têm que ajudar nesse processo ensino-aprendizagem para uma melhoria considerável no conhecimento do aluno como um todo. Utilizam-se apenas ideias básicas que, para um melhor aprofundamento enfatiza-se um tema em destaque, que sirva como um incentivo à busca de maiores conhecimentos a respeito deste tema.

Escrita e leitura uma problemática que vem sendo discutida há alguns anos por especialistas em educação tentando responder o seguinte questionamento. Como a escola deve trabalhar o processo de escrita e leitura dentro e fora do espaço escolar e os meios de utilização das mesmas na formação social do indivíduo?

Quando a escola oferece suporte para seus alunos, para os professores e pais, a exemplo de acervos de livros, bibliotecas, baús de leitura, entre outros benefícios, como auxílio e incentivo a leitura, o aluno tem como desenvolver suas habilidades literárias e ampliar sua visão de mundo, desde que o educando e os pais trabalhem de forma adequada. De maneira alguma queremos trazer ideias acabadas, mas renovadas que sirvam como um incentivo à busca de maiores conhecimentos a respeito da importância da aquisição dos atos de escrever e ler na atualidade.

Ninguém nasce sabendo ler: aprende-se a ler à medida que se vive. Se ler livros geralmente se aprende em bancos da escola, outras leituras geralmente se aprendem por aí, na chamada escola da vida. (LAJOLO, 1994, p. 7).

A leitura não é unicamente feita na escola, ela se dá de duas formas: uma é através dos livros da qual se aprende em sala de aula, e a outra, é a prática do dia-a-dia. No entanto, é perceptível que se conhece vidas diferenciadas sem ter vivenciado na íntegra. Desde seu nascimento, o indivíduo aprende a fazer leitura do meio em que está inserido, sendo assim é de fundamental importância que o mesmo tenha desde sua infância hábitos de leitura e escrita.

Creio que muito de nossa insistência, enquanto professoras e professores, em que os estudantes "leiam", num semestre, um sem-número de capítulos de livros, residem na compreensão errônea que às vezes temos do ato de ler. Em minha andarilharem pelo mundo, não foram poucas às vezes em que jovens estudantes me falaram de sua luta às voltas com extensas bibliografias a serem muito mais "devorados" do que realmente lidos ou estudados. (FREIRE, 1981, p. 12).

A partir desse pensamento, compreende-se, que se deve ler sempre e seriamente livros, que nos interessem e que ajudem na mudança da nossa prática e da nossa vida e que possamos realmente escrever e ler, procurando aprofundar os textos. (FREIRE, 1982), deixa bem claro que a leitura não deve ser memorizada mecanicamente, mas sim, desafiadora, que nos conduza a pensar e observar a realidade em que vivemos fazendo usos das mesmas, contextualizando para a formação social.

1.2 A importância da escrita e leitura significativa na prática cotidiana

O ato de escrever e ler proporciona a descoberta de um mundo letrado, sua apresentação a criança deve ser feita de formas prazerosa e motivadora, estabelecendo uma visão subjetiva sobre as mesmas de modo que se torne hábito contínuo e diário. A escrita e a leitura desenvolvem a capacidade intelectual e psicológica do indivíduo e deve fazer parte das atividades e momentos da vida de todos os sujeitos no dia a dia.

Uma vez que a escrita e leitura, é apresentada a criança ela deve ser minuciosamente decifrada, trabalhada, pois na maioria das vezes as crianças têm um contato imediato com a palavra, mas a compreensão da mesma não existiu. (FREIRE, 1982, p. 96).

O contato com a realidade é de extrema importância para o significado do ato de escrever e ler, já que estes se fazem necessários no cotidiano de cada indivíduo, pois através deles, adquirem-se meios de combater as desigualdades sociais e psicológicas, decretadas pela classe dominante, onde os dominados se encontram atados, perante tanta brutalidade intelectual, pois, para a mesma é conveniente que assim continue, a prática cotidiana da escrita e leitura significativa é uma das armas que o cidadão possui para lutar contra tantas injustiças por eles sofridas. Essa é a real importância do ato de escrever e ler, oportunizando a todos que delas fazem uso à efetiva participação social.

No funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e de produção de sentidos. (ORLANDI, 2000, p. 21).

A tarefa de ensinar a ler e a escrever é um compromisso que deve ser assumido por toda a escola, família e sociedade, independente das áreas do conhecimento científico, porque a escrita e leitura são utilizadas na escola e na vida e não apenas em sala de aula e nas aulas de Língua Portuguesa, Literatura, como pensa

algumas pessoas. São usados em diversos meios e para diferentes usos.

Não existe uma fórmula pronta para formar leitores e escritores, mas uma questão é real, embora a maior parte das informações hoje ocorra por meio de recursos tecnológicos, e também na família, ainda é o educador que orienta os primeiros passos para que se formem bons leitores e produtores de textos capazes de expressar seus pensamentos e seus sonhos. A leitura, como prática social, deve ser sempre vista e interpretada como um meio, nunca como um fim, e ler é uma resposta a um objetivo, a uma necessidade pessoal não se ler só para satisfazer o currículo escolar para atingir o objetivo pedagógico da escola. Á uma diversidade de leituras, com objetivo pessoal e coletivo com diferentes interpretações e sentidos e são necessários à vida.

Para aprender a ler, para gostar de ler, para ler bem, é preciso que os alunos sejam expostos a situações de leitura. É preciso que ouçam e entendam a leitura que fazem. É preciso que comentem o que ouviram e o que leram: o comentário força a leitura a ter sentido e não se mera sucessão de sons provocados pela correta decodificação dos sinais sobre a página (...) (MEC, 2001).

Para que uma criança escreva e leia bem é necessário, antes do conhecimento técnico, que a mesma tenha compreensão de como fazer e para quer fazer o processo de leitura e escrita, quer essa atitudes se incorpore e esteja presente no dia a dia da criança, é preciso que ela interaja com a diversidade de textos escritos e participem de atos de escrita e leitura de fato, e, portanto, experimente o

ato de ler e escrever. Desse modo, descarta-se totalmente a obrigação de leituras e textos que tem a intencionalidade exclusiva de se ensinar gramáticas e conceitos. Não fazer uso de leitura prazerosa e contextualizada com a vida da criança leva a mesmas situações confusas. Como se pode querer que o aluno domine a grafia das palavras e a gramática se este não lê. Ler pouco leva o aluno a escrever mal, e conseqüentemente a também limitar o vocabulário.

Quando o professor pretende formar leitores, deve estar disposto a mudar e enriquecer a sua forma de trabalhar (...) utilizar diferentes tipos de textos (...) criar situações de contato e manipulação dos diferentes suportes de textos (...) criar situações reais de leitura (...) (RESENDE, 2000, p. 25).

Atualmente o livro didático é quem orienta a maior parte do trabalho docente, mas não está havendo uma convivência harmoniosa entre as leituras que os livros didáticos trazem com as dos leitores que os recebem e deles fazem uso, o que diminui a dinâmica da leitura. Para que aconteça a mágica de transformar simples códigos em palavras com sentido e compreensão é de fundamental importância a atuação mediadora do professor e da ação sistematizada da escola na qualificação de habilidades indispensáveis à cidadania e à vida em sociedade para qualquer cidadão, como são o ler e o escrever.

CONCLUSÃO

Nessa perspectiva, entendemos que no processo de ensino-aprendizagem, os usos da escrita e leitura em salas de aulas não sejam apenas atrelados a pretexto para o ensino decodificado da gramática, tendo em vista, que o uso é muito mais amplo e subjetivo. Por isso, enfatizamos a necessidade de capacitar os professores para o uso dos recursos midiáticos, tornando-se fundamental que a escola repense sobre esses novos leitores virtuais.

É preciso oferecer aos alunos inúmeras oportunidades de aprenderem a escrever e ler, usando os procedimentos que todo bom leitor utiliza, assim como, é necessário e urgente que os leitores aprendam e façam inferência sob e nas entrelinhas dos textos, para que assim possam fazer uso do que está atrás e diante do texto lido. Outra concepção que deve ser superada é a do mito da interpretação única, o significado, no entanto, constrói-se pelo nível do conhecimento prévio que o aluno tem sobre o assunto do texto, daí a necessidade dos professores conhecerem o contexto que seus alunos estão inseridos para poder avaliar o nível da interpretação dos mesmos.

A escola é uma instituição com múltiplas funções e deve proporcionar condições para que os alunos aprendam a fazer o uso correto da escrita e leitura, entendam esse processo na vida pessoal e social das mesmas, que a escola possa adequar sua prática a importante e desafiadora tarefa de ensinar de maneira contextualizada com a vivência humana em suas especificidades. O caminho da aprendizagem humana apresenta-se repleto de diferentes

respostas para as mesmas perguntas. Diante de todo exposto como pode um único texto ser lindo e interpretado da mesma forma por todos. As instituições de ensino devem-se adequar para que todos os alunos aprendam. As escolas devem desenvolver uma pedagogia da compreensão que deve ser suficientemente flexível e atraente para servir a todos os leitores que a mesma irá formar para a vida. Numa sociedade de letrados com vários níveis de capacidade, letramento e alfabetização.

A falta para lidar com as diferenças sociais e culturais dificulta a ações dos professores e exige que a escola encontre soluções próprias para lidar com diferentes leitores, a escola deve oportunizar situações de uso real da língua portuguesa, possibilitando o estabelecimento da relação com o mundo e a vida pessoal do aluno, sugerindo atividades que busquem ampliar o conhecimento do aluno através da integração dos diversos usos da escrita e leitura com reflexão crítica que revelam problemas da sociedade contemporânea. Essas atividades, naturalmente, poderão ser enriquecidas pela experiência pessoal do professor e pela vivência dos alunos. O essencial é não desvincular as atividades de linguagem da situação concretamente vivenciada por alunos e educadores para que a importância da aquisição de novas estruturas linguísticas se dê de maneira significativa e efetiva e que garanta a todos os resultados compensadores, para a formação linguística da sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretária de Educação Fundamental.
Parâmetros Curriculares Nacional (1ª a 4ª Série).
Volume 2 – Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1997.

DALLARI, Dalmo. **Direitos humanos e cidadania.** São Paulo: Moderna, 1998.

FERREIRO, Emília. **Com todas as letras** – São Paulo: Cortez, 1992.

FERREIRO, Emília. **Psicogênese da Língua** – Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

FONSECA, V. **Insucesso Escolar não abordagem psicopedagogia das dificuldades de aprendizagem.** Lisboa, 1999.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler.** São Paulo: Cortez, 1982.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. 23ª. ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

GARCIA, J.S. **Dislexia é um transtorno que se manifesta pela presença de uma deficiência no Desenvolvimento dos textos escritos.** 2 ed. Porto Alegre: Ideal 1993.

PCNS – Parâmetros Curriculares Nacionais. Língua Portuguesa. BRASÍLIA: 2001. CBU. 371.214.

RESEDE, A. S. O desafio de formar leitores. Revista Presença Pedagógica. N. 34 Jul/Ago/2000.

ROCHA, S. L. Leitura e escrita na era das mídias. IN ENDIPE, 14, 2008. Porto Alegre Anais... Porto Alegre: Ed Pucs, 2008.

VARGAS, Suzana. Leitura: uma aprendizagem de prazer. 4ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

CAPÍTULO 8

EDUCAÇÃO E FAMÍLIA EM UM CONTEXTO DA SOCIEDADE GLOBALIZADA⁹

Uilo Paulino de Oliveira¹⁰

INTRODUÇÃO

Na sociedade contemporânea que se corresponde na atualidade educacional se eleva em alguns fatores que geram bastantes discussões no contexto escolar, se enfatiza na educação e a família, essa que no decorrer dos tempos sofrem varias arranjos familiares em seu comportamento e moralidade atribuída as suas novas conjunturas e características.

A família por se só, da forma como esta estruturada não consegue proporcionar o desenvolvimento educacional de seus membros principalmente em crianças e

⁹ Artigo apresentado à Disciplina de produção da subjetividade e novas tecnologias, ministrada pelo Prof^o Ramon Jorge Almeida, do curso de Mestrado em Ciências da Educação: Formação Educacional Interdisciplinaridade e Subjetividade, ministrada pela Universidade Interamericana.² Mestrado em Ciências da Educação: Formação Educacional, Interdisciplinaridade e Subjetividade pela Universidade Interamericana. Especialização GESTÃO EDUCACIONAL São Luiz de França-2013.

¹⁰ Graduado em Pedagogia – FLAPED-2011- e em letras: Português/Inglês FTC 2012. E-mail: oliveira_uilo@hotmail.com

adolescentes, a educação desses sofre com todas as mudanças que estão se priorizando no mundo presente, a sociedade digital como esta sendo chamado este momento traz seus benefícios e também trazem malefícios aos indivíduos que fazem mau uso das tecnologias e não dão acesso as condições do desenvolvimento educacional.

Diante dessas mudanças se faz nesta produção a educação como principal foco executar para as demais políticas recorrentes aos indivíduos, apontado os novos arranjos familiares, buscando a relevância da participação dos membros familiares na escola e para o envolvimento da educação.

De modo geral, a educação deve ser considerada como base principal para família, a autonomia deve ser a finalidade deste processo, e os valores são colocados em condições para a sua nova construção, os valores, regras e princípios devem ser explicitados e reconhecidos, é de suma importância que a escola e a família façam um dialogo entre si para que a educação seja construída coletivamente, possibilitando a construção de valores que levam a moralidade autônoma.

Desta maneira que se observa as expressões do contexto escolar sobre a família contemporânea, se alocando nas diretrizes que eclodem na política de educação em prol da mesma, dando seus primeiros passos na construção do Projeto Político Pedagógico – PPP, assumindo assim temas transversais e participação da comunidade se bem como a participação da família neste momento.

1. A REALIDADE ESCOLAR NA CONTEMPORANEIDADE

Numa época marcada pelo avanço das conquistas tecnológicas e da difusão da globalização. Que em termos genéricos, se podem apontar os avanços tecnológicos e a difusão da globalização como os principais responsáveis pela mudança por que vem passando a educação. A rapidez com que novas técnicas, novos métodos e novas práticas de ensino aparecem está, seguramente, condicionada pelas mudanças a que nos reportamos acima.

O papel do estudioso da prática escolar, e, sobretudo, do educador, é desenvolver e aplicar teorias que reflitam tais mudanças. Contudo, o desenvolvimento de tais práticas e saberes requer um pouco mais do que a reflexão centrada no reconhecimento de que mudanças estão ocorrendo em todas as partes, em todas as sociedades. Em verdade, a construção de uma prática pedagógica voltada à análise das novas experiências vivenciadas pela educação só pode ser levada adiante se o educador realizar duas tarefas básicas e essenciais: analisar, refletir, entender, contextualizar e aplicar as novas teorias sobre o papel da educação fundadas no reconhecimento de que, nos dias atuais, a educação não pode ser mais pensada como um mero instrumento de repasse e ensino acrítico sobre os chamados saberes formais, elevar a educação a um patamar em que as trocas de experiência e vivência entre aqueles que formam a comunidade escolar pais, alunos, técnicos do ensino, gestores, professores e corpo de funcionários da escola sejam, reconhecidamente, a base de nova práxis que aproxime a escola da sociedade, tornando-a inclusiva, ainda

que múltipla em relação aos saberes e técnicas vivenciadas na sala de aula.

A educação é a ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontrem ainda preparadas para a vida social: tem por objetivo suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físico, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto e pelo meio especial a que a criança particularmente de destine. (DURKHEIM, 1978, p. 41).

Da forma como colocado acima, a principal função da educação requer dos professores uma nova perspectiva fundada em dois conceitos-chave, a educação como um processo dialético embasado na troca de saberes recíprocos entre todos aqueles que fazem a escola a escola como um espaço de inclusão social, tornando a educação a chave principal a partir da qual a transmissão do conhecimento se processe por meio da aplicação efetiva das novas tecnologias e dos novos saberes, os quais são costumeiramente chamados de novas competências ou novas matrizes curriculares.

Educação não é somente ensinar, instruir, treinar, domesticar, é, sobretudo formar a autonomia do sujeito histórico competente, uma vez que, o educando não é o objetivo de ensino, mas sim sujeito do processo, parceiro de trabalho, trabalho este entre individualidade e solidariedade. (DEMO, 1996, p. 16, apud. CRUZ, 2009, s. p.)

A principal meta da qual se deve ocupar a escola nos dias atuais é a utilização de novas técnicas de ensino pautadas nas ideias de inclusão social, formação cívica e crítica de cidadãos e democratização dos espaços políticos. O primeiro passo, portanto, é a descoberta de que a escola se deve conduzir por novos princípios, por novos ideais e, sobretudo, por meio de novas práticas e técnicas metodológicas pedagógicas que, efetivamente, consigam trazer à escola a aplicação das novas teorias que buscam inserir a sala de aula no contexto da globalização e do compartilhamento de novas tecnologias, enfim, das ideias e práticas que imprimam à escola a marca de espaço voltado a receber as transformações externas, e, num processo dialético, devolva essas transformações à sociedade, enriquecendo-a com cidadãos mais participativos e críticos, e, por isso mesmo, mais preparados e conscientes de seus direitos e deveres, e, com consequência, capazes de influir e influenciar os destinos políticos traçados para reger e regular a sociedade, e, em particular, a comunidade em que vivem.

Saber ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção. Quando entro em uma sala de aula devo estar sendo um ser aberto a indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, a suas inibições; um ser crítico e inquiridor, inquieto em face da tarefa que tenho – a de ensinar e não a de transferir conhecimento. (FREIRE, 1996, p.47).

A discussão sobre os saberes docentes e a construção da identidade do educador está associada ao novo papel da educação. Em realidade, toda e qualquer discussão sobre as mudanças vivenciadas no espaço escolar formam uma continuação, isto é, um processo contínuo em que as relações construídas na etapa anterior reaparecem nas etapas posteriores sob novas roupagens, ou seja, formando novas conexões em que os objetivos anteriores embasam a construção de novas ideias e novas práticas metodológico-pedagógicas.

Assim, a discussão sobre os saberes docentes retoma a ideia anterior de que o professor deve estar preparado para reconhecer as mudanças pelas quais passa a educação. Deve, pois, refletir e analisar criticamente as novas posturas metodológicas que lhe são apresentadas pela globalização e pelas novas tecnologias. Dessa forma, os saberes docentes aparecem no curso de um processo que requer do professor uma nova postura pautada pelo compromisso e comprometimento de efetivar o processo dialético de trazer as experiências vivenciadas pela nova sociedade tecnológica para a sala de aula, trabalhando-os sob as perspectivas da inclusão social e da formação cívica dos cidadãos, e, em seguida, exportar tais conhecimentos de volta à sociedade, enriquecendo-a a partir da construção e ampliação de novos espaços onde a decisão política sobre os rumos da comunidade em que está inserida a escola seja mais democrática e participativa.

Para a consecução dos objetivos apresentados acima, se faz necessário que os saberes docentes sofram continuamente a influência dos novos paradigmas de

ensino, ou seja, que os saberes docentes sejam construídos a partir da ideia de que a formação acadêmica do professor seja inserida e contemplada no curso de políticas públicas voltadas à melhoria da educação. Para GADOTTI (2004), a educação primitiva era marcada pela tradição, culto aos mais velhos e rituais de iniciação. Não havia uma educação formal e intencional e sim uma prática baseada em imitações e oralidade, limitada ao presente imediato. Dessa forma, é imperioso que as políticas públicas contemplem a formação continuada dos professores, de modo a deixá-lo sempre em contato com as novas teorias e práticas educacionais desenvolvidas pelos teóricos e estudiosos da Educação. A par disso tudo, o professor deve desenvolver a aptidão e a postura definitiva de buscar novos subsídios que apresentem aos alunos as novas competências e matrizes curriculares que, influenciados pela revolução trazida pela globalização, impõe a conformação e a aplicação em sala de aula de novas práticas e metodologias de ensino capazes de representar a aproximação entre a escola e as novas tecnologias da educação.

Somente com esse compromisso de buscar o novo e estar atento às novas práticas metodológico-pedagógicas é que o professor poderá se desincumbir da sua tarefa de construir e realizar os novos saberes docentes, utilizando-os para a consecução de uma nova práxis em que ele passa a ser o verdadeiro agente propulsor e instigador do processo de ensino aprendizagem.

Já a construção da identidade do educador passa, necessariamente, pela construção dos novos saberes, e, com isso, reafirma a ideia apresentada anteriormente de que toda

discussão sobre a Educação se desenvolve como etapas sucessivas e complementares de um mesmo fenômeno. Assim, tal construção da identidade do educador retoma, novamente, a compreensão e a identificação de que ao professor cabe o novo papel de agente instigador e propulsor do processo dialético de troca de experiências entre a escola e a sociedade. O professor, então, deve construir sua identidade sob o signo da busca incessante de introduzir em sala de aula as novas ideias propostas pelas experiências de sucesso formuladas pelos teóricos da Educação, sem, contudo, esquecer de que a sua práxis sofre contínua influência das experiências vividas pelos alunos e demais agentes do ambiente escolar. Por conta disso, a formação da identidade do educador requer dele uma atuação firme e sólida no sentido de incorporar à sua práxis as novas experiências trazidas pela globalização e potencializadas pelas novas tecnologias da educação de modo a aproximar a escola da sociedade, ou seja, com o intuito de fazer interagir o ambiente escolar e as novas exigências traçadas pela comunidade política em que a escola está inserida.

É por isso que a educação é dada como o corpo social que envolve todos os membros, e não apenas por parte. É baseado nestes princípios que o educador deve fazer valer sua atuação como membro integrante desse processo, sempre aberto para as mudanças. Além disso, necessita atender também as demandas de políticas educacionais e sociais estabelecidas pela sociedade contemporânea. Sendo assim os sistemas de ensino público e privado tem buscado desenvolver um trabalho voltado

para que tornem competentes na aquisição das habilidades necessárias para que o aluno possa estar articulado com a rede social, econômica, política e cultural na qual está inserido.

2. A POSIÇÃO DA FAMÍLIA FRENTE À EDUCAÇÃO

À medida que a globalização e suas mudanças avançam continuamente e a busca pela estabilidade econômica, o e termo economia e trabalho se tornam um fato em questão, pois os mesmos mobilizam a sociedade fazendo com que os indivíduos se comprometam com suas responsabilidades para a sobrevivência. Essas mudanças afetam implacavelmente a família, conturbando direta ou indiretamente as pessoas que fazem parte do convívio familiar, colocando em pauta o questionamento do sustento entre outros aspectos.

No início de tudo a instituição familiar era dotada pelo matrimônio patriarcal, o homem era quem dirigia a família ficando este com líder da família, onde este comportamento ainda é aderido por algumas famílias que ainda trazem traços de conservadorismo e a cultura religiosa.

A partir do século XX as mudanças começam a transformar o meio social, que foi permitido promover uma configuração nos esboços dos tipos de família principalmente a contemporânea, proporcionando o movimento da classe feminina. A modernidade em pleno desenvolvimento e as necessidades eu lhe acompanham fez com que as mulheres deixassem seus filhos e as utilidades

domésticas para se infiltrarem no mercado de trabalho, sendo que em meados da revolução industrial, era tarefa principal do homem trabalhar para sustentar a família, nesse período a mulher começa a liderar o trabalho, ficando esta como peça fundamental para o provimento financeiro da sua família em conjunto com seus parceiros.

Com as constantes transições da sociedade, a família adquiriu uma nova formação mediante transformações que são causadas nos comportamentos sociais e expressões tecnológicas, uma nova identidade, cujos valores éticos morais se modificaram, nos dias atuais encontramos diversos tipos de famílias que vem se destacando ao longo da história:

- Família nuclear monogâmica, com características no amor sexual intitulada por razões morais e religiosas;
- Família dos recasamentos, onde a união do primeiro casamento não se sucedeu com êxito, ficando estes aptos à procura de novos relacionamentos;
- Famílias multinucleares, situando assim a transição dos filhos do casal frequentar a casa de ambos, mesmo este estando totalmente separados, ao ponto de construir uma nova família;
- Família com filhos adotivos, no século que se passa todo processo tecnológico, é possível que um casal não tenha como gerar uma família, por meio dos fatores genéticos, sem contar com aqueles casais que mesmo já com os filhos biológicos, adotam crianças que se encontram em juizado para menores;

- Famílias com filhos portadores de necessidades especiais, relativa à alteração do corpo ou da aparência física em decorrência de falha genética;
- Famílias com filhos advindos com recursos da tecnologia de reprodução sobre inseminação, fertilização por meio do método da reprodução assistida;
- Família dissolvida, esta situada por pais separados, cuja guarda dos filhos é compartilhada, conduzidas por mulheres sem a presença dos homens e vice versa;
- Família uniparental, na qual se destaca pelo fato do filho ser conduzido somente por parte da mulher ou do homem, no caso de viuvez, abandono de lar, inadimplência de um dos ex – cônjuges;
- Família homoafetiva, formadas por pessoas do mesmo sexo, homem ou mulher, com ou sem filhos;
- Família tradicional, formada por pais e filhos, que não remota, mas os padrões de antigamente.

Com tanta diversidade atribuída à família podemos concluir que o numero de membros familiares vem sofrendo constantes alterações de diminuição, a cultura dos casamentos religiosos também foram afetados nessa questão e o aumento participação feminina no mercado de trabalho é algo em constante crescimento.

A família tem um papel importante no desenvolvimento dos sujeitos, é a partir da mesma que surgem as aprendizagens básicas, que são necessárias para o desenvolvimento autônomo dentro da sociedade. Apesar

de ter muita influencia a família não consegue definir todas as características cognitivas da criança. Algumas são diretamente desenvolvidas a partir das experiências vividas pelas crianças, outras dependem da carga hereditária ou de fatores alheios à vontade da família. A família funciona como uma rede de influências recíprocas entre todos que fazem parte dela. O estilo de comportamento dos pais gera efeitos sobre o desenvolvimento social e da personalidade da criança.

Para COELHO (2004), a família e a escola são instituições responsáveis por desencadear os processos evolutivos nas pessoas. A família é uma estrutura social básica, na qual as pessoas convivem por um longo tempo, é com ela que a criança tem suas primeiras experiências de aprendizagem, que muitas vezes acontecem em forma de treino e acabam influenciando também no seu comportamento.

Como afirma o autor à aprendizagem acontece o tempo todo, dentro e fora da escola e em vários níveis de consciência. O conteúdo ensinado em sala de aula muitas vezes pode ser esquecido, mas as relações vividas serão lembradas. Os valores ou conteúdos aprendidos inconscientemente têm mais possibilidades de permanecer.

É notável que algumas considerações precisem ser feitas a respeito da prática, como educador, como reprodução de conhecimentos adquiridos no nosso processo de formação. Sabemos que na atualidade não cabe mais ensinar de acordo com o que aprendemos há dez anos, é preciso uma tomada de consciência em busca de saberem relacionadas e condizentes a realidade dos educandos

porque se não vamos ficar falando sozinhos. O educador precisa sair da mesmice e ir à busca dos seus ideais.

Discutir a prática pedagógica é um momento de reflexão e ação interdisciplinar é um passo rumo a percepção do homem como um ser inacabado, um peregrino na busca do inesgotável e do respeito a pluralidade, as contingências do contexto sócio-histórico e cultural, traduzidos nas relações consigo mesmo e com os outros. É a partir desta discussão que cabe a educação, portanto, desenvolver habilidades e competências necessárias, a fim de capacitar os educandos a aprenderem e a compreenderem os diversos tipos de conhecimentos que envolvam sua realidade pessoal e profissional.

CONCLUSÃO

A educação interfere diretamente na organização e no planejamento da sociedade, e esta interferência pode se dar tanto no sentido de corrigir quanto no de agravar suas distorções e imperfeições. Tudo depende do tipo de educação em vigor e dos objetivos a que se destina. O sistema educacional atual, por exemplo, em virtude de seus inúmeros equívocos na relação que estabelece professor e aluno e a família.

Mas a aprendizagem significativa pressupõe que o aluno manifeste uma disposição para ela, ou seja, uma disposição para relacionar o novo material com sua estrutura cognitiva principalmente incorporável a sua estrutura de conhecimento por meio de uma relação não arbitrária e não literal. Portanto, aprendizagem significativa

implica dar sentido ao novo conhecimento por interações com significados claros e diferenciados que existem na estrutura do aprendiz e a estrutura família deve estar adequada a esta questão, pois a primeira educação deve ser conduzida no espaço familiar.

Educar é um desafio constante a ser vencido pelas famílias e ao lado da escola poderá encontrar as melhores estratégias para se atingir os objetivos de uma educação completa, baseada em princípios éticos como responsabilidade, honestidade, solidariedade e cidadania, que contribuirão para a formação de indivíduos autônomos.

REFERÊNCIAS

ACKERMAN, N. W. (1986). **Diagnóstico e tratamento das relações familiares**. Porto Alegre: Artes Médicas.

BRASIL. **Ministério da Educação e Da Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 10 de mar de 2015.

CURY, Augusto. **Pais Brilhantes, Professores Fascinantes**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

CRUZ, V. V. **Discussões Sobre o Conceito de Educação**. 2009. Disponível em: <<http://www.artigonal.com/educacao-artigos/discussao-sobre-o-conceito-de-educacao-1076336.html>>. Acesso em 15 de mar de 2015.

DEMO, Pedro. **Inclusão digital – cada vez mais no centro da inclusão social**. Brasília: Inclusão Social, 2005. Pp. 36-38.

DURKHEIM, Émilie. **A educação – sua natureza e função**. In:____ Educação e Sociologia. São Paulo: Melhoramntos, 1978, cap. 1, 33-56.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, M. **História das ideias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 2004.

JOSÉ, E. A.; COELHO, M.T. **Desenvolvimento e aprendizagem**. In:____. Problemas de Aprendizagem. São Paulo: Ática, 2004, cap. 1, p. 9- 31.

PADRO, Danda. **O que é família**. São Paulo: Brasiliense, 1981 p. 11.

CAPÍTULO 9

BULLYING: RECONHECIMENTO, PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO NA ESCOLA

Josy Matias

Maria da Conceição Silva Viana

Antônio Itamar dos Santos

Maria Esteliane dos Santos Lima

INTRODUÇÃO

Após sua descoberta na Noruega, com a publicação do livro “o Bullying na escola, o que sabemos e que podemos fazer”, do professor Dan Olweus, em 1989, essa violência denominada bullying toma dimensões de reconhecimento e identificação em várias escolas e países do mundo incluindo regiões da América Central e Latina. Na Europa, países como a Espanha, Itália e Portugal aderem a campanha norueguesa de combate ao fenômeno classificado como violento.

No Brasil, após estudos de Fante (2005), e posteriormente autores como Chalita (2008), as pesquisas sobre o bullying se asseveraram no âmbito da escola. Pela identificação recorrente do fenômeno e sua contribuição ao contexto dos estudos sobre a violência na escola, neste estudo, se considerando o bullying como um comportamento nocivo e repetitivo que prejudica a

aprendizagem e a socialização dos alunos, essa violência em sua gênese de acontecimentos, neste estudo traz em seu pragmatismo algumas indagações:

Suscita-se em saber se os professores conhecem ou não os sintomas presentes nas vítimas? Como se manifestam as agressões e qual o perfil dos autores e vítimas? Em que locais há frequências de incidências da injusta agressão? Quais as consequências no contexto da escola? Que meios devem ser adotados ao enfrentamento dessa forma de violência na escola? Porque deve haver o enfrentamento ao bullying? Neste aspecto este estudo tem seu objetivo geral em esclarecer nuances teóricas sobre o bullying como fontes de informação a dar suporte docente para o reconhecimento dos autores e vítimas dessa agressão condicionando assim planejamentos para criação de possíveis meios de enfrentamento no contexto da escola.

É um artigo de revisão sistemática e bibliográfica ao que concerne Medina e Pailaquilén (2010) como um tipo de revisão que agrega informações elucidando a temática sobre o bullying, sob proposições às orientações práticas que resultam em estudos a serem consultados por diversas áreas.

Em seus objetivos, metodologicamente, como parte da revisão sistemática, ao que corrobora Gil (2009), nesta revisão se apoia o estudo em uma pesquisa bibliográfica sob interpretação textual a partir de fontes científicas relevantes e já publicadas que de modo científico fundamentam ao contexto. Como principais autores, colaboram ao contexto, autores como Fontes (2005) Chalita (2008), Silva (2010) e Calhau (2010).

O estudo tem como objetivos específicos, esclarecer o contexto histórico do bullying, seus conceitos e estudos viabilizados aqui no Brasil. Objetiva descrever as formas de reconhecimento do bullying através da sintomática presente nas vítimas e nos autores e ainda sugerir teoricamente meios para se começar a coibir o bullying no contexto escolar.

Chalita (2008), Silva (2010) e Fante (2005), conciliam que os professores devem reconhecer os sintomas, autores e vítimas pertinentes ao bullying em ocorrência no contexto escolar e até fora dela. Neste aspecto, justifica-se o estudo que é preciso haver esclarecimentos dessa sintomática para consultas acadêmicas de modo que proporcionem aos professores formas de elaborar planejamentos que possam ajudar na identificação e prevenção dessa violência no contexto da escola.

Em seu delineamento teórico, de modo sucinto, o estudo trás as concepções históricas e o contexto de expansão no combate ao bullying. Neste sentido traz apontamentos teóricos sobre o bullying no Brasil. Em sua segunda parte, considerando o bullying ser uma agressão que ocorre e afeta alunos no meio escolar, o estudo aborda a sintomática presente nos comportamentos pertinentes aos autores e vítimas sob foco à condição de identificação desses sintomas ser um fator de reconhecimento pelos professores à presença do bullying nas escolas.

Em sua terceira parte o estudo indica sugestões que podem ser viabilizadas para que a escola tenha um planejamento conjunto entre seu corpo docente e a família

sob o objetivo de coibir a violência repetitiva e as vezes sigilosa que afeta tanto aos agressores, quanto as vítimas no contexto da educação e da família.

Por estar atrelado às áreas da psicologia e da educação, envolvendo a família, é um estudo útil aos acadêmicos e profissionais dos campos sociais, educacionais e da saúde mental.

1. BULLYING, CONCEITOS E CONTEXTO HISTÓRICO NO MUNDO E NO BRASIL

O Bullying foi ajuizado em pesquisas como fenômeno violento após a educação tomar um perfil sistêmico mundial após a década de 70. Conforme Fante (2005) entre 1972 e 1973 na Escandinávia, a violência escolar se torna perceptível em ocorrências e estudos.

Dan Olweus, professor da Universidade de Bergen se torna precursor nesses estudos e em 1989 publica a obra intitulada em português, “bullying na escola: o que sabemos e o que podemos fazer”; esta alcança notoriedade; e os estudos se propagam em países como, Grã-Bretanha, Portugal, Espanha, Itália, Alemanha, Grécia e Estados Unidos.

Segundo Fante (2005, Apud, OLWEUS 1989), na Grã-Bretanha, no início da década de 1990, uma pesquisa mostrava que 37% dos alunos do nível fundamental e 10 % dos alunos do nível médio admitiam terem sofrido de bullying ao mínimo uma vez por semana. Chalita (2008) assevera que a Associação Norte-Americana de Medicina, nos Estados Unidos, já classificara o bullying como

fenômeno global. Neste país, pesquisas realizadas em sala de aula com crianças entre 6 a 10 anos de idade, segundo Silva (2010), revelaram que 13% narram casos de bullying e 11% dizem ser vítimas.

No Brasil, o estudo sobre o tema, é recente e remetem ao fim da década de 1990, ao se incorrer em diagnóstico quando a professora Marta Canfield e seus colaboradores realizaram estudos em 1997 em quatro escolas de ensino público, em Santa Maria (RS). "Israel Figueira e Carlos Neto (2000-2001) fizeram o mesmo em duas escolas municipais do Rio de Janeiro". (CHALITA, 2008, p. 24 apud FANTE, 2005, p. 30).

Fante (2005), como pesquisadora reporta a continuação de estudos nos anos 2002 e 2003 em São José do Rio Preto, interior paulista. A pesquisa envolveu cerca dois mil alunos, em oito escolas das redes públicas e particulares; revelou que 49% dos estudantes estavam envolvidos com o bullying, assim distribuídos: 22% como vítimas, 15% agressores e 12 % vítimas - agressores.

Sobre o conceito do bullying aqui no Brasil, Fante (2005) o define como "O desejo consciente e deliberado de maltratar outra pessoa e colocá-la sobre tensão." (FANTE, 2005, p.27). Porém por motivos de o Brasil está entre os países com altos índices de violência, e haver dificuldade na tradução da palavra bullying, para a língua portuguesa, o termo aqui no Brasil, permanece o mesmo, mas toma conotações de violência. "O bullying pode ser adotado para explicar todo tipo de comportamento agressivo, cruel, proposital e sistemático inerente às relações interpessoais." (SILVA, 2010, p. 22).

O fato é que no cotidiano das escolas pesquisadas e das diversas obras que começaram a surgir aqui no Brasil sobre o tipo de problema, principalmente no âmbito escolar, o termo adota palavras que suscitam aos verbos, agredir, assediar, menosprezar, denegrir, destruir, violentar, discriminar, intimidar, tiranizar, etc.

Pela sua complexidade, por se manifestar dentro e fora da escola, até em ambientes virtuais, ou seja, de maneiras variadas, pesquisadores como (OLWEUS, 1993; FANTE, 2005; CHALITA; 2008; SILVA. 2010; ROLIM; 2010;) E outros inferem os comportamentos do bullying acontecerem de forma direta e indireta interpretando-se destes autores que:

Bullying Direto incluem: agressões físicas como, bater, chutar, tomar pertences; existem as agressões verbais, como apelidar de maneira pejorativa e discriminatória, além disso insultar e constranger.

Bullying indireto: Essa forma pode provocar mais prejuízo ocorrendo traumas irreversíveis ao se apresentar através de discriminações veladas e desagradáveis à personalidade humana.

O bullying, considerando seu conceito, ao que insinua Melo (2010) passa ser entendido como um comportamento onde o agressor planeja, premedita e articula de forma repetitiva os tipos de agressões adotadas, sobretudo, no contexto escolar ou externo a esta.

Uma das sentenças imputadas ao bullying é que os atos de intolerância ao outro, ao diferente, em qualquer perspectiva criam um desrespeito à condição humana. Fator esse que após se tornar capaz de reconhecê-lo, os

professores e a conjuntura escolar devem se esforçar para resgatar na mentalidade e ideologia dos alunos, que sejam autores ou vítimas.

2. RECONHECIMENTO E SINTOMAS DO BULLYING ENTRE OS AUTORES E AS VÍTIMAS

Segundo a Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e a Adolescência, o termo bullying compreende todas as formas de atitude agressivas, intencionais e repetidas causando dor e angústia. Porém não é somente dor e angústia que se apresentam como sintomas nas vítimas. Portanto reconhecer essa violência perpassa por notar ações intimidadoras repetitivas e premeditadas, além de agressivas de alguma forma.

Além dos reflexos na escola, a pessoa pode se refugiar no anonimato, como forma de se proteger e se resguardar das intimidações, discriminações, sofrendo silenciosamente. Assim as vítimas se tornam reféns de comportamentos atrelados ao que Silva (2010) tipifica como situações de agravamento da baixa autoestima, que quando não revertidas podem deixarem consequências traumatizantes e com sequelas permanentes.

Apesar de a família por vezes não favorecer a autoestima dos seus filhos, não há dúvidas de que a maioria dos casos de Bullying acontece no interior das escolas.

Entretanto, para que um comportamento seja caracterizado como Bullying, é necessário distinguir os maus tratos ocasionais e não graves dos maus tratos habituais e graves. Algumas vítimas, por apresentarem uma

grande dificuldade de interação e relacionamento, procuram um lugar isolado para se “esconder” durante o recreio.

Ao se tratar do agressor, este pode influenciar nas atividades dos demais, induzindo um comportamento agressivo. O agressor tem a tendência de usar a violência em situações de conflitos. Ele se impõe pela força física subjugando os demais. O agressor identifica suas vítimas pelas características psicológicas de ansiedade, insegurança, passividade, timidez e de aparente fragilidade. "Ele sente uma vontade imperiosa de dominar e subjugar os outros, de se impor Mediante o poder e a ameaça e de conseguir aquilo a que se propõe." (MELO, 2010, p. 36).

Segundo Fante (2005) o agressor ocasiona maus-tratos repetitivos num respectivo período, assediando suas vítimas para o uso do Bullying; isto é imprescindível perceber, pois ocorrem os maus tratos eventuais e não habituais, ou seja, comportamentos violentos. Neste aspecto, aos docentes e outros funcionários da escola é preciso ter atenção aos comentários no recesso das aulas, às reclamações de amigos dos alvos, à saliência ou destaque dos potenciais agressores, aos comportamentos omissos das vítimas que devem ser notados pelos professores como forma de identificação do Bullying.

Os agressores podem não ser alunos. "O bullying pode ocorrer tanto na direção horizontal, entre pessoas do mesmo nível, como também na direção vertical, entre pessoas de níveis diferentes, como professores e alunos." (CALHAU, 2010, p. 08). Também podem ser vítimas os próprios professores.

Num contexto mais atual da incitação à violência, principalmente em comunidades em que impera o tráfico de entorpecentes,

Não há como negar que vivemos tempos difíceis, em que a violência e a agressividade infanto-juvenil são crescentes e ameaçam a todos nós. Seja como pais ou educadores, seja como membros de uma coletividade de um estado ou de toda a sociedade, nenhum de nós está imune a essas circunstâncias. (SILVA, 2010, p. 60).

Pela conjuntura de permissividade, desajustes sociais, descasos escolares e tendências individuais, essa mistura de carga explosiva costuma impor nos mais fracos, ditos sensíveis, sérios problemas no plano individual, interferindo de forma drástica nos seus setores vitais. Neste aspecto o agressor “É um indivíduo pouco sociável que sofre as consequências dos comportamentos agressivos de outras e que não dispõe de recursos, status ou habilidades para reagir ou fazer cessar essas condutoras prejudiciais” (MELO, 2010, p. 34).

Além dos desajustes sociais, o bullying pode encontrar causas na relação familiar. Quem ama não mata, não bate, não desrespeita, mas certamente educa e luta para melhorar o seu amado. “É fundamental considerar que os pais são os principais modelos de educação dos filhos” (CHALITA, 2008, p. 166).

De modo geral os autores sintomatizam comportamentos que Fante (2005) e Silva (2010) tipificam como dissimulados, premeditados, violentos fisicamente ou

simbolicamente, repetitivos, persuasivos, autoritários, exploradores, intimidadores e na escola não têm bom rendimento.

Os agressores apresentam, desde muito cedo, aversão às normas, não aceitam serem contrariados ou frustrados, geralmente estão envolvidos em atos de pequenos delitos, como furtos, roubos ou vandalismo, com destruição do patrimônio público ou privado. O desempenho escolar desses jovens costuma ser regular ou deficitário; no entanto, em hipótese alguma, isso configura uma deficiência intelectual ou de aprendizagem por parte deles. (SILVA, 2010, p. 43).

Melo (2010) assinala que é perceptível nos autores ou bulheis, atitudes típicas de brincadeiras de mau gosto, que rapidamente evoluem para gozações, risos provocativos, hostis e desdenhosos. Colocam apelidos pejorativos e ridicularizadores, com explícito propósito maldoso. Insultam, difamam, ameaçam, constrangem e menosprezam alguns alunos. Fazem ameaças diretas ou indiretas, dão ordens, dominam e subjagam juntas aos seus pares. Perturbam e intimidam, utilizando-se de empurrões, socos, pontapés, tapas, beliscões, puxada de cabelos ou de roupas.

Chalita (2008), quanto aos autores, reafirma que estão sempre se envolvendo, de forma direta ou velada, em desentendimentos e discussões entre alunos, ou entre alunos e professores. Pegam materiais escolares, dinheiro, lanches e quaisquer pertences de outros estudantes, sem

consentimento ou até mesmo sob coação. No ambiente doméstico apresentam habitualmente atitudes hostis, desafiadoras e agressivas com relação aos pais, irmãos e empregados. São estes sintomas, ou comportamentos sociais que devem ser observados pelos professores como forma de reconhecimento aos autores de violências típicas do bullying no contexto da escola.

Quanto as vítimas, Silva (2010) e Fante (2005) informam que essas se encontram frequentemente isoladas do grupo ou perto de algum adulto que possa protegê-las: Professor, inspetor, cantineiro etc. Nas salas de aula, apresentam postura retraída. Têm extrema dificuldade em perguntar algo ao professor ou emitir sua opinião para os demais alunos. Deixam explícitas suas inseguranças e ansiedades. Apresentam faltas frequentes às aulas, com o intuito de fugir das situações de exposição, humilhações e/ou agressões psicológicas e físicas. Mostram-se comumente triste, deprimidas ou aflitas.

Suas características mais comuns são:
Aspecto físico mais frágil que os seus
companheiros. Medo de que lhe causem
danos ou ser fisicamente ineficaz nos
esportes ou brigas, sobretudo no caso dos
meninos, coordenação motora deficiente,
timidez, passividade, submissão
insegurança, baixa autoestima, alguma
dificuldade de aprendizado, ansiedade, e
aspecto depressivos. (MELO, 2010, p. 35).

Ocasionalmente, em meios onde acontece o bullying, sempre há algum tipo de moléstia, perturbação; e nos casos mais dramáticos, apresentam hematomas,

arranhões, cortes, ferimentos, roupas danificadas ou rasgadas; até mesmo as testemunhas da violência são cúmplices. Neste aspecto a vítima “é um indivíduo pouco sociável que sofre as consequências dos comportamentos agressivos de outras e que não dispõe de recursos, status ou habilidades para reagir ou fazer cessar essas condutas prejudiciais” (MELO, 2010, p. 34).

Além dos agressores e das vítimas existem os expectadores. Estes segundo Fante (2005) não costumam ter um comportamento tão marcante. A identificação deles depende de observação mais frequente e cuidadosa, pois seu comportamento não costuma apresentar sinais explícitos que denunciem a situação que estão vivendo. Tendem, em ambos os ambientes, seja na escola e/ ou no lar, a se manterem calados sobre o que sabem ou presenciam. Os mais ansiosos ou sensíveis contam casos e histórias de bullying, mas negam que sejam reflexo de sua vivência escolar. Quando indagados, disfarçam citando cenas de filmes, novelas, seriados ou casos da internet como a origem principal de seus comentários.

Por estes tipos de comportamentos os professores, diretores, coordenadores, vigilantes, copeiras e todos os profissionais da escola devem estarem atentos e relatarem os casos para que se procurem meios eficientes de a escola combater ao bullying que em seu ambiente possa ocorrer. Portanto a melhor forma de se combater começa pela identificação que exige conhecer estes comportamentos citados.

3. CONHECIMENTO E PREVENÇÃO AO BULLYING NO CONTEXTO DA ESCOLA

Partindo-se do princípio de que não se pode confrontar algo que não se conhece, a prevenção do bullying no contexto escolar exige que dele se tenha conhecimento. Tão somente do perfil de comportamento das vítimas e dos autores, bem como da relevância dessa violência ao contexto de aprendizagem pois acometem as vítimas e até os autores distanciando-os da rotina de aprendizagem na escola.

Reconhecer o fenômeno bullying numa perspectiva mundial significa ampliar os olhares e sensibilizar, para a questão, autoridades educacionais, pais e professores. No entanto, a transformação desse retrato vai além do seu conhecimento. É preciso, é necessário, e é sobre tudo urgente abandonar a apatia, tocar a alma das pessoas e sentir a agonia e aflição das vítimas dessa violência. (CHALITA, 2008, p. 107).

Tanto em relação às vítimas quanto aos agressores, os sintomas e comportamentos que estes apresentam podem apontar subsídios para a devida identificação. Porém somente reconhecer não é necessário. Além de entender que o bullying acontece nos diversos segmentos sociais, que tem um contexto mais universal, é preciso provocar transformações na sensibilidade humana, entender as diferenças e se indispor em humanizar a alma das pessoas. Provocar a afetividade e o respeito no contexto da escola.

A escola tem que entender que o bullying é nocivo. Este comportamento de acusações injustas, atuações de grupos "hospitalizam, ridicularizam e infernizam a vida de outros alunos, leva-os à exclusão, além de provocar danos físicos, morais e materiais." Traz sofrimentos imensos ao paciente "(SILVA, 2010, p. 39).

Para combater ao bullying, a escola deve evocar a presença da família, pois deve-se observar que muitas vezes a família deixa de cumprir o seu papel por conta da agitação do cotidiano e abrindo espaço para que seus filhos cresçam sem qualquer tipo de carinho, amor e respeito. "Independentemente de sua configuração, a família nunca deixará de ser a referência mais importante para o indivíduo." (CHALITA, 2008, p. 166). Os valores sociais são fundamentais para a formação do caráter humano e espera-se que a escola supra tal educação.

Por melhor que seja uma escola, por mais bem preparados que estejam seus professores, nunca vai suprir a carência deixada por uma família ausente. Pai, mãe, avó ou avô, tios, quem quer que tenha a responsabilidade pela educação da criança deve de ela participar efetivamente sob pena de a escola não conseguir atingir seu objetivo. A família tem de acompanhar de perto o que se desenvolve nos bancos escolares. A droga, a violência, a agressividade não vitima apenas os filhos dos outros. Mas o horror estampado nas faces dos pais, diante da surpresa de saber os filhos envolvidos em problemas, apenas demonstra a apatia em que vivem com relação a eles. Muito se diz da falência da família como instituição. Muito se diz das

máscaras que têm de ser usadas. Todo mundo mente para todo mundo. Os filhos escondem dos pais as dúvidas e as travessuras. Os pais escondem dos filhos as aventuras extraconjugais, a situação financeira, os problemas reais que assolam os lares. Cada um usa uma máscara. (CHALITA, 2004, p. 17,18).

Ora, em seu livro sobre educação e afeto, Chalita (2004) deixa claro que a escola tem que estar atenta a ausência da família. Que existem máscaras afetivas sociais e psicológicas no âmbito da relação família e educação. O bullying é uma delas.

As consequências desses exageros podem ser vistas nos dias atuais, ao observamos que uma grande parcela de pais age de forma excessivamente tolerante com seus filhos. "A preparação para a vida, a formação da pessoa, a construção do ser são responsabilidades da família. É essa a célula-mãe da sociedade, em que os conflitos necessários não destroem o ambiente saudável." (CHALITA, 2004, p. 22). Não dá para se resolver o bullying ou encontrar soluções a este sem que haja participação da família. Diante de comportamentos agressivos, de desafetos dos filhos, independente de que seja vítima ou autor, os pais devem estar vigilantes durante situações de conflitos.

Se não há essa vigilância dos pais a escola deve se tornar o modelo, ou vínculo de aprendizagem dos alunos. Além dessa participação dos pais, após a condição de conhecer ao bullying, os sintomas e comportamentos nas vítimas e nos autores, bem como nos expectadores, os meios de se planejar estratégias de confronto à essa

violência, perpassam ao engajamento de todos na escola, pois seriam muito importantes debates sobre o tema do bullying. "Qualquer ação que pretenda eficácia pressupõe a atuação de todos os envolvidos no contexto escolar: A direção, os professores, os funcionários e alunos." (MELO, 2010, p. 52).

De forma geral, os jovens estão colocando em xeque o papel educacional da sociedade, da família e da escola. Testemunha-se diariamente a multiplicação e o aumento da intensidade dos comportamentos agressivos e transgressores na população infanto-juvenil. As instituições educacionais são obrigadas a lidar com fenômenos como o bullying, que, embora sempre tenha existido nas escolas de todo o mundo, hoje ganha dimensões muito mais graves.

Mesmo nesse panorama de violência a escola deve ser modelo de acolhimento sustentável; optar por meios punitivos ainda não é a solução.

Tais jovens, mesmo com atitudes erradas, merecem nossa ajuda e precisam dela, pois eles sofrem com seus atos e suas respectivas consequências. É justamente o sentimento de culpa, remorso ou arrependimento diante de suas ações que nos dá a plena certeza de que são comportamentos apenas transitórios. (SILVA, 2010, p.52).

Além dessa condição de acolhimento, os educadores devem estarem atentos a posicionamentos implicitamente autoritários. Respeito sim, autoritarismo não. Quando o professor se refere ao aluno tratando-o como símbolo de

incompetência escolar ou quando sacode uma prova com baixa nota pelas pontas dos dedos perguntando pelo seu autor este está submetendo esse aluno a ser mais uma vítima do Bullying. Por isso "há que se questionar o fazer da escola". (CHALITA, 2008, P. 191).

Conclui-se que de fato, além de se conhecer o perfil geral de acometimentos e comportamentos relativos ao bullying, a escola deve superar modelos de educação falhos no convívio social e familiar dos alunos. Para isso o seu fazer deve ser afetivo, educador, disciplinado, mas não intransigente. A escola de fato tem que ser modelo aos alunos. "Parte do que somos é o resultado do que o outro nos desperta." (CHALITA, 2008, p. 192). O aluno que tem a tendência a desrespeitar o próximo certamente se baseará nas atitudes de um docente que assim o faça. De modo geral o professor em sua prática deve agir contrariamente aos pressupostos negativos expressados nas condutas violentas do bullying.

O professor deverá trabalhar em seu cotidiano pedagógico os conteúdos de ética, onde se prioriza o convívio escolar. Estes conteúdos podem ser divididos nos seguintes blocos: Respeito, Mútuo, Justiça, Dialogo, Solidariedade. Ao analisarmos o conteúdo acima verificamos a importância de o professor articular conhecimentos em todo o seu cotidiano pedagógico. Ao trabalhar, por exemplo, a diferença entre as pessoas este certamente estará prevenindo ocorrência de bullying em sua sala de aula. "Além da forma é preciso que o professor se comunique adequadamente com os alunos."(CHALITA, 2008, p. 191).

Além da comunicação o respeito mútuo e a valorização da condição humana devem fazer parte das ações e procedimentos metodológicos como forma a evitar o bullying na escola. Assevera (BRASIL, 1988, p, 56) que “a escola pode trabalhar o respeito mútuo nas suas traduções específicas do convívio escolar, e isso, evidentemente sem prejuízo de se trabalhar regras gerais de convívio”.

Materializando as ações preventivas ao bullying sugere-se a que é importância de as escolas providenciarem aos seus estudantes identidade estudantil que devem ser verificadas antes de um estudante entrar no campus escolar. Essa prática pode evita pessoas indesejadas nas áreas internas. Detectores de metal devem ser colocados na entrada da escola, de modo a assegurar que nenhum estudante seja portador de qualquer tipo de arma letal.

Os lugares onde o tempo é gasto pelos alunos durante os intervalos, quando não estão em sala de aula, devem ser equipados com câmeras de segurança. Além de medidas físicas, devem haver projetos mais humanitários e uma educação mais democrática, como acontece na Finlândia em que “o projeto visa fortalecer a autoestima dos alunos e oferecer seminários especializados em recursos pedagógicos na prevenção do bullying, além de publicação de materiais educativos que tratem das relações humanas” (MELO, 2010, p. 46).

Empiricamente se sugere que a prevenção e coibição do bullying posa perpassar por ações de atenção geral aos comportamentos buliçosos na escola, estímulos de formação docente para conhecimento e discussões sobre o

assunto e sua identificação. Monitoramentos na queda de rendimento escolar de modo individual e coletivo quanto aos alunos; incentivos a solidariedade, generosidade e respeito as diferenças. Publicação, projetos e escolha de materiais didáticos favoráveis à comunicação e humanização entre os alunos e professores. Assertiva de denúncias. Acompanhamento profissional e envolvimento da família junto a conjuntura escolar.

CONCLUSÃO

Após sua concepção científica, no contexto da violência social e sua projeção ao núcleo familiar afetando a escola, o bullying se tornou objeto de vários estudos para sua constatação de presença nas escolas e fora tipificado os comportamentos que são comuns nas vítimas, nos autores, concentrando-se os estudos no contexto da escola.

Este estudo, além de conceituar, trazer o panorama de comportamentos inerentes ao bullying, apontar caminhos ao seu reconhecimento, de modo geral prioriza que o foco deve estar sempre nos envolvidos nas agressões, e, entre as consequências e enfrentamento jamais desprezar as famílias como colaboradores, bem como agregar a colaboração da conjuntura escolar.

Fora esclarecido que o bullying afeta a aprendizagem por causar comportamentos que distanciam aos alunos da rotina escolar. Que é uma violência explícita ou velada. Difícil de se lidar, mas passível de prevenção. Neste aspecto conclui-se que conhecer essa violência explícita ou simbólica é essencial para que os docentes e a

escola possam coibir os agressores e auxiliar as vítimas reconduzindo-os ao contexto sadio de aprendizagem típica da escola.

Essa condução, ou mediação aos envolvidos no bullying, conforme o que foi dissertado requer que a escola se torne modelo de aprendizagem dos alunos, adaptando-se ao perfil social e familiar que entorna a vivência do seu público e se adeque em conhecimentos e ações para contribuir a uma aprendizagem sem transtornos por qualquer forma de violência. Foi sugerido resumidamente, além de algumas medidas físicas, a humanização e reconhecimento da pessoa e da dignidade humana no contexto da escola.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília. MEC/SEF, 1998, V. 8.

CALHAU, Lélío Braga, Bullying, **O Que Você Precisa Saber**: Identificação, Prevenção, e Repressão, 2ª ed. Niterói, RJ, Impetus, 2010.

CHALITA, Gabriel. **Pedagogia da Amizade**. Bullying o Sofrimento das Vítimas e dos Agressores. 3ed. São Paulo: Editora Gente, 2008.

____Gabriel. Educação: **A Solução Está no Afeto São paulo:** Editora Gente, 2001 I^a ed., 2004. Edição revista e atualizada.

FANTE, Cleo. **Fenômeno Bullying. Como Prevenir a Violência nas Escolas e Educar Para a Paz.** 25º Ed., Campus-SP. Veros Editoras, 2005.

MELO, Josevaldo Araújo de. **Bullying na Escola.** Como Identificá-lo, Como Preveni-lo, Como Combatê-lo. 3 ed. Recife: EDUPE, 2010.

OLWEUS, Dan. **Bullying at school: What we know and what we can do.** London, Lackwell, 1993.

SALDANHA, Alexandre. Bullying e Direito. Rio de Janeiro:Corugito, 2012.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mentes Perigosas Nas Escolas Bullying.** Rio de Janeiro, Objetiva, 2010.

